



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada em: 26.7.2013

Hora: 14h30min.

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistado: Marcos José Castro Guerra

Responsável pela transcrição: Yasmênia Evelyn Monteiro de Barros (bolsista)

Carlos Gomes: Não há alguma coisa a ser emendada. Sempre comunico que quando a gente traz as atas aqui elas já estão totalmente consolidadas, então submeto a ata da sessão anterior. Considero aprovada. Eu quero dar como primeira informação que ontem nós participamos aqui de uma reunião com a professora Rosa, representando a Comissão Nacional da Verdade, onde nós trocamos informações. Então nós conversamos sobre o andamento dos trabalhos e ela fez uma exposição muito interessante, onde estavam presentes a Comissão Estadual da Verdade e da OAB. E a finalidade dessa reunião era assinar um termo de cooperação técnica entre a Comissão da Verdade e a OAB. De fato, foi feita a assinatura desse acordo. E o professor Almir levantou uma questão muito interessante que foi da CIENTEC, que vai acontecer agora em outubro. Nós temos um espaço para divulgar alguma coisa sobre a Comissão da Verdade e, se possível, uma reunião com a representação da Comissão Nacional da Verdade, o que foi prontamente aceito. Então, essa reunião vai ocorrer possivelmente no dia 25 de outubro e nós vamos ter a oportunidade. Estamos tentando um estande na CIENTEC. Então possivelmente teremos alguma coisa para apresentar, o que a gente já tem. Nós temos alguns documentos interessantes, já temos alguns depoimentos, algumas fotografias, então teremos a possibilidade de apresentar isso.

Almir Bueno: Posso completar professor?

Carlos Gomes: Pode!

Almir Bueno: Então, foi além da atividade da tarde que ocorreu essa reunião mais técnica com a professora Rosa Cardoso. Pela manhã, com alguns que aqui estavam presentes, foi realizada uma mesa redonda e se discutiu dentro do Simpósio de História da ANPUH a relação dos historiadores na Comissão da Verdade. Ela foi coordenada pelo professor Rodrigo Patto Sá Motta, que vai ser o novo presidente da associação. Já é o novo presidente, empossado ontem. Também estava presente, além da professora Rosa Cardoso da Comissão Nacional da Verdade, um representante da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul, que tem a ditadura, a questão do Apartheid e do racismo. Então foi um debate que teve que ser transferido do auditório da reitoria para o auditório da Biblioteca Central Zila Mamede, porque os estudantes de medicina estavam fazendo uma manifestação – mais uma que está dentro da movimentação que o Brasil está vivendo nos últimos meses, e então o auditório ficou pequeno para aqueles que queriam participar. Foi um debate bastante importante. Então é. É. A questão principal que eu só vou colocar aqui, que tem até a ver com a Comissão, é a questão da participação, e como tem muitos bolsistas de história aqui. E o Simpósio de História está discutindo isto: a participação de historiadores ou não na Comissão Nacional da Verdade. Que foi um pleito da ANPUH desde o início. E por várias razões ou falta de informações do governo, enfim, esse pleito não foi atendido. E aqui o que pesa é haver uma sub-representação dos estudantes, por exemplo, mas desde o início a Comissão da Verdade conta modestamente com a minha participação como historiador. Mas foi um debate que acho bastante propício. Eu gostaria só de registrar também que por conta disso temos hoje a presença de quem estava ontem no debate.

Carlos Gomes: Muito bem. Quero fazer a minha saudação a todos vocês, estamos vendo caras novas aqui, isso nos alegra muito. E particularmente a presença do professor Marcos Guerra. O senhor Marcos Guerra é uma pessoa emblemática na história do Rio Grande do Norte. E, particularmente, eu conto algumas coisas inusitadas – apesar de ele ser da minha geração, na verdade fui companheiro do pai dele que é da

geração do meu pai. Tive a oportunidade de, em muitos momentos, participar de comissões como, por exemplo, na elaboração da Constituição do Rio Grande do Norte e na elaboração da Lei Orgânica no município de Natal. Por coincidência, eu ficava no mesmo grupo do doutor Otto. E chegamos até a fazer um protótipo de Lei Orgânica municipal. Distribuímos gratuitamente porque veio uma pessoa do sul muito badalada e que cobrava um “precinho razoável” para ganhar dos municípios e nós fizemos de graça e entregamos. Mas eu creio que algumas prefeituras devem ter aproveitado completamente. Vocês sabem que com a Constituição de 1988 os municípios ganharam certa autonomia. Divorciaram-se um pouco do Estado politicamente, administrativamente. Até então nós tínhamos uma Lei Orgânica para os municípios do Rio Grande do Norte, doado pelo Estado. E com a nova Constituição...

Carlos Gomes: Eu sempre tive um relacionamento tranquilo com o Doutor Otto, até porque o nosso pensamento era mais ou menos no mesmo sentido. E o doutor Marcos, com quem eu apenas convivi esporadicamente em um curto período, porque ele era de uma turma antes da minha. Você foi de qual turma?

Marcos José Castro Guerra: 1965.

Carlos Gomes: 1965. E já então eu o alcancei em 65. Eu entrei em 64. Ele concluiu em 65, e eu ingressei em 64. Então nós convivemos pouco tempo. Mas todos nós conhecíamos o trabalho de Marcos Guerra. Então é ele que vai nos contar uma coisa. Eu até enfatizei para ele que para nós esta é muito importante. As pessoas que vêm aqui convidadas daquele tempo, sempre nos falam dos movimentos da Igreja: JEC, JUC, JOC. E a gente tem uma ideia: com certeza que você tem bastante conhecimento e pode dar para nós essa situação. Então é uma alegria muito grande receber o doutor Marcos, nós que estamos quase terminando o período dos depoimentos. Já coletamos 32 até agora. Doutor Marcos com certeza nos trará subsídios interessantes para o nosso relatório. Eu gostaria só de dizer a ele que só um pequeno roteiro, nós queríamos saber diante de outras coisas. Qual a participação de Marcos Guerra no movimento estudantil, mesmo antes da Universidade, durante a Universidade e daí por diante? Conte a história que você viveu. Com muita satisfação passo a palavra ao doutor Marcos.

Marcos José Castro Guerra: Boa tarde. Muito obrigado ao Presidente e em nome dele e todos da Comissão pelo convite e pela apresentação generosa. Realmente somos da mesma geração e contemporâneos na mesma faculdade e é isso que veio bastante à baila. Eu sou Marcos José de Castro Guerra, Marcos Guerra para a polícia, nascido em Natal e formado na Faculdade de Direito da Ribeira, onde eu terminei em janeiro de 65. Trago o testemunho começando pela luta enquanto dirigente estudantil e terminando, talvez, no ano de 2013, com uma visão crítica sobre a Universidade e sua função dentro desse processo político e social brasileiro. O primeiro item que eu queria relembrar está situado nos anos 1960, porque é o retorno necessário – comecinho dos anos 60. Eu queria relembrar qual era o contexto em particular, qual era o contexto nessa Universidade. Anos 60... Algum detalhamento sobre esses anos 60, porque me parece que eles são parâmetro de comparação com o desastre com que aconteceu depois, a partir da ditadura militar e civil e a partir das conseqüências. Eu penso que se tentou uma castração da Universidade. Conseguiu-se, pelo menos, uma atrofia, não digo que conseguiu uma castração. E eu gostaria, em uma comissão de memória e verdade, poder falar com toda liberdade sobre isso, porque nós temos visão sobre a Universidade nos anos 60 e é bom que a gente procure saber o que foi feito dessa visão. O que a Universidade, eu não digo castrada, mas de certa forma atrofiada, prejudicada, tornou-se desse contexto dos anos 60, claro aprofundaria o que foi o trabalho dos movimentos estudantis dos quais fiz parte. E depois de outros movimentos que ocorreram em paralelo aqui no Brasil. Eu quero detalhar sobre a maneira que eu vi ou ouvi a repressão na UFRN. Certo. E aí terminar questionando para que a gente possa dialogar sobre o conjunto, o que fizemos sobre tudo isso, porque, a meu ver, o interesse da Comissão não é congelar uma foto do passado. É mais para esquentar os negativos e saber se hoje como é que fica... Então, claro que tenho uma visão particular sobre os anos 60. Mais temos aqui alguns companheiros que viveram os longos anos 60 também aqui na Universidade e que, agora, é o vice-presidente da Comissão, o colega e amigo Ivis Bezerra que era uns dos líderes do movimento estudantil. Ivis foi presidente da UEE. Deve ter sido nos anos 1959, alguma coisa assim. Ou 60.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: 1960 a 1961.

Marcos José Castro Guerra: 1960/61. Depois dele. Então ele começou uma reforma sobre a qual a gente vai falar depois. Foi Ademar Medeiro Neto e depois fui eu. A gente estava junto em uma parceria importante que ainda não terminou. Os anos 60... Vamos pegar 58,59, 60 até 64... Eu caracterizo e é preciso que estejam bem presentes as propostas do movimento estudantil e de professores universitários... A proposta estava dentro de um Brasil em transição política. No Brasil que vivenciava liberdade política, liberdade de idéias, expressão dessas ideias. Era um Brasil de emergência de ideias e de inovação, era um Brasil de renovação. Essa era sim a marca principal do fim dos anos 50 e do começo dos anos 60. É importante que a gente compreenda disso. Para saber que a repressão quando chegou não chegou assim por acaso e nem caída do céu. Ela chegou deliberadamente para refrear, reprimir, algo que estava acontecendo e que se pudesse ter sido continuado o Brasil seria outro. Certo? A Universidade seria outra e o Brasil com a contribuição das universidades seria um Brasil totalmente diferente. De um lado desse período um momento de transição de liberdade, de contradições, mas de emergência de renovação. Do outro lado um momento de grande instabilidade política. Era o período de Jânio, Jango, a saída do parlamentarismo etc. Havia esse clima de liberdade, a liberdade estava entre todos os lados. Eu estava naquilo que na época se chamava esquerda ou uniesquerda, e a liberdade estava também no outro lado. Ok! As contradições estavam soltas. Nós não temíamos as contradições, nós encarávamos todas as contradições e dialogávamos de peito aberto, ou tentávamos escapar de alguma rasteira. Talvez passar outras. No Rio Grande do Norte, no começo dos anos 60, houve uma vitória inesperada do Aluizio Alves contra caciques que se renovavam de maneira permanente na direção do Governo do Estado. Aluizio, que foi ridicularizado na campanha com o apelido de Cigano, surpreendentemente ganha as eleições com uma promessa de renovação. Com a promessa de um Estado responsável, de um Estado planejável, de investir em infraestrutura, trazer a energia de Paulo Afonso, fazer estradas, cuidar da saúde, renovar a educação, etc., etc. Era uma renovação de discurso e de práticas, no começo dos anos 60, que representava renovação. Você quer completar?

Almir Bueno: Não! Só um pequeno aparte, como tem pessoas de outros estados. Aluizio é pai do atual presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

Marcos José Castro Guerra: Líder político tradicional aqui. Começou na UDN, depois passou para o PMDB, depois por causa da oposição do político principal, Dinarte Mariz, muito comprometido com a ditadura militar. Foi cassado por causa disso. E depois voltou no novo PMDB. Mas em 61 ele foi eleito contra os coronéis, e com uma promessa grande. Nesse clima ele atraiu lideranças estudantis. Atraiu jovens para cooperar com o governo. Nesse clima ele foi aliado dos que criaram a Universidade. Certo. Ele já tinha ajudado na criação de uma ou outra faculdade. E ele foi aliado importantíssimo no governo Kubitschek para acontecer a criação desta Universidade. Isso é importante, porque, político que cria Universidade, está criando cobra criada. Mais tarde a gente vai ver isso: é uma coragem importante. Mas Aluizio representava também uma polarização contra a hipótese de Djalma Maranhão, Prefeito de Natal, que era um líder popular da esquerda. Aluizio representava um perigo. E, amanhã em uma eleição, quem ganharia, Djalma ou Aluizio? Aluizio era aliado de Lacerda, de Magalhães Pinto. E Djalma era aliado de Miguel Arraes, entende? Amanhã em uma possível eleição para Presidente da República, um candidato para presidente e o vice quem seria? Qual força que seria emergente? Então havia esta popularização com Djalma Maranhão e popularização com Miguel Arraes. Faz parte do contexto e me parece importante nos trazer aqui, por que esse contexto influenciava o cotidiano da nossa Universidade. E influenciavam as nossas decisões e estratégias enquanto liderança estudantil. Era um período de grandes renovações em matéria de educação aqui no Rio Grande do Norte. Em 1958, 57, a Igreja Católica, Dom Eugenio Sales, através do Movimento de Natal, criou o que, mais tarde seria o MEB (Movimento de Educação de Base), através das escolas radiofônicas. 1958, 60 e 61, Djalma tendo Moacir de Góes como secretário da Educação, criou o programa “De pé no chão também se aprende a ler” e, logo depois, “Também se aprende uma profissão”. Ao mesmo tempo, Aluizio em 62 convida Paulo Freire para vir pra cá. Num programa importante do ponto de vista das metas, 100 mil alfabetizados em três anos. Convida Paulo Freire que aceita com uma condição: que o programa seja entregue às lideranças estudantis. E outra condição: que ele tenha plena autonomia pedagógica e política. E a terceira condição: que ele não receba um centavo diretamente do financiador estrangeiro que era a Aliança Para o Progresso. Esse dinheiro foi repassado para a SUDENE, dirigida por Celso Furtado. E através da SUDENE transferido pra cá. Por quê? Porque em alguns Estados a “Aliança Para o Progresso”, pisoteando a soberania Nacional,

assinava diretamente com os governadores. Magalhães, Lacerda etc. E a presidência da República era de Jango Goulart. Então no contexto dessas contradições é que se situava nosso cotidiano da liderança estudantil. Era o cotidiano de quem estava dentro da Universidade. É importante que a gente se lembre de que estou falando do contexto nacional e local. Mas não era só isso o que influenciava o nosso dia a dia. Então a renovação fundamental em matéria de educação, foram esses três movimentos. Por que eu cito? Quem era obreiro dos três movimentos? Os estudantes universitários. A quase totalidade de quem concebeu e a quase totalidade de quem executou, éramos nós, os estudantes universitários, e apesar dos de “Pé no Chão” terem uma bandeirinha de Djalma, Paulo Freire tem uma bandeirinha que Aluizio tentava levantar como atividade do governo. Dom Eugenio teve a tentação de levantar a bandeirinha. A bandeirinha não funcionava muito. Porque nós éramos os mesmos e nós trocávamos ideias aqui dentro da Universidade. Inclusive éramos intercambiáveis. Algumas vezes eu dirigindo Angicos. Na primeira vez que tive experiência com Paulo Freire faltou um ou outro colega que precisou ir ao dentista e veio Laly, veio Geniberto Campos que trabalhava no “De pé no chão também se aprende a ler”, para substituir durante 2 ou 3 dias. Anonimamente, discretamente e reciprocamente, ou seja, nós estudantes universitários havíamos assumido isso. E eu vou explicar o porquê: por causa do contexto. Nesse contexto a Universidade se consolidava, a Universidade tinha saído de faculdades isoladas: Farmácia, Odontologia, depois Medicina, Direito, faculdades isoladas, uma estadual (Filosofia, Jornalismo). E ela ia se consolidando por que tinha uma equipe muito importante, um trator na frente, o Doutor Onofre Lopes e uma equipe conceitual da qual papai fazia parte como vice-reitor e ajudou a delinear esse modelo de Universidade. Parece-me, portanto, no contexto, vou falar sobre isso, estudantes universitários ajudaram nessa consolidação. Ajudando a deslumbrar a função da Universidade, ajudando a guerrear e a propor enquanto parceiros da definição desse modelo de Universidade. Porque nesses anos a UNE, já com Aldo Arantes na presidência, tinha uma proposta concreta depois de dois seminários sobre reforma universitária, uma em Salvador e depois outra em Curitiba. Nós tínhamos umas propostas concretas, sobre quais eram as três funções universitárias (ensino, pesquisa e extensão) e nós exigimos discutir aqui a nossa maneira de contribuir para imaginar o que ela seria. Isso levou ao um paredismo em maio de 1962. Nas vésperas das provas do exame letivo, a greve de um terço [um terço de estudantes no Conselho Universitário].

Ao invés de nos apresentarmos às provas do semestre nós fizemos uma greve. Nós não vamos fazer as provas, porque essa Universidade aí não nos interessa. A gente vai fazer prova quando a Universidade que a gente quer tiver acontecendo. É incrível como a opção dos estudantes de se negar a fazer as provas que validavam o semestre de estudo, hoje me parece assim uma proposta muito grande na capacidade de luta de convicção. Eu me lembro muito bem o começo de 62 e o fim de 61. A grande dificuldade que a gente tinha com o pessoal financiando pelo IPES devido a uma tese contrária. Entendem? Ivis, quando estava na presidência, delineou e trouxe a discussão que o presidente da UEE não deveria mais ser eleito só pelo presidente de diretório, Ademarzinho, e logo depois presidiu a reforma do estatuto. Ademarzinho, vindo do Direito (Ademar Medeiros Neto). A primeira eleição com voto universal e direto. Fui candidato contra Diógenes da Cunha Lima que depois foi reitor. E ganhamos por muito pouco. Até não me lembro se foi 3 ou 5. Diga ai!

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu acho que está havendo um engano. Diógenes foi candidato no diretório?

Marcos José Castro Guerra: Candidato da UEE?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Candidato da UEE.

Marcos José Castro Guerra: Candidato contra mim? Certeza absoluta? Diógenes não seria candidato contra mim.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Você já disse a proporção.

Marcos José Castro Guerra: Que eu ganhei? Que nós ganhamos?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Sim.

Marcos José Castro Guerra: Eu acho que foi de 1 ou 2.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Foi muito grande, eu pensava que ele não foi candidato à UEE.

Marcos José Castro Guerra: Eu tenho certeza que foi. Eu sei quem foram meus opositores.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: A sua memória está melhor que a minha. Justificável, pois você é mais novo do que eu [risos].

Marcos José Castro Guerra: No caso eu era diretor. A Greve de um Terço. Você imagina que foram todas as faculdades. A greve foi tão ativa quanto a greve de maio de 68 da qual eu pude participar. Porque nunca se frequentou tanta faculdade, nunca se discutiu tanta faculdade, nunca se discutiu tanto questões da Universidade, os rumos da Universidade. Como foi na greve. Mais houve escolas que fecharam 100%. Serviço Social fechou 100%. Só não foi os 100% porque o pai de uma colega impôs à filha a fazer a prova acompanhada do irmão com um revólver na cintura. Professora Jacira Gondim, e quando ela se sentou na sala do exame, na época padre Heitor Sales, professor de uma disciplina, sentido a pressão perguntou: “Você veio de livre espontânea vontade? Ela disse: “Por mim, estou em greve, mas meu pai impôs”. “Então não faço prova nessas condições”. Nem aí a greve foi furada. Nós ganhamos a greve de um terço. Na Universidade, nos colegiados e uma das perguntas que eu tenho ao presidente da Comissão: o que ficou depois disso? Aquele oxigênio parece que foi depois fechado. Foi feito levando a Universidade aos modelos alienistas que não tem nada a ver. A consolidação da Universidade estava de vento e poupa. Na juventude havia claramente uma polarização de dois blocos, mas havia também um cuidado bem grande contra as hegemonias e uma aliança estratégica chamada de Frente Única. É claro que na Universidade havia uma influência enorme nos movimentos estudantis. Carlos me chamou atenção algumas vezes de que alguns estudantes não participavam mais ativamente porque já eram pais de família e não porque não estivesse permeável àquelas lutas e ideias. Realmente o cotidiano na Universidade praticamente todo mundo trabalhava. Apesar de ser uma Universidade gratuita, todo mundo trabalhava. E claro: quem era pai de família tinha que tomar cuidado. Isso é uma coisa que a gente pode

discutir depois. Havia uma influência muito grande dos movimentos estudantis e diretório acadêmicos, assim muitos ativos. Havia uma procura nos caminhos da Universidade para cumprir este incrível papel: ensino, pesquisa e extensão. Por quê? A UNE vulgarizou uma idéia: os estudantes da Universidade representavam 1% das ideias. Éramos 100 mil estudantes universitários, éramos 1% da população brasileira. Nós tínhamos a consciência de uma maneira ou de outra de devolver para a população aqueles privilégios que a gente tinha recebido. Aí a UNE entrou com o UNE Volante tentando levar isso a todos os pais. Entrou com o CPC com produções memoráveis que influenciavam tanto a música como o cinema brasileiro, assim como também o teatro, a opinião e outros; então foi um momento assim de emergência e informações. Influenciava a cultura fazendo esse enorme trabalho de educação na época, quando Ivis era presidente e logo depois por indicação sua. Eu não me lembro bem. Eu coordenei aqui as atividades da UNE. O intervalo da época da greve de um terço. E então fiz parte com o Ivis da liderança que puxou aquela greve. Eu devo falar da maturidade e da perplexidade dos professores em sua grande maioria se não em sua totalidade. Não houve caça as bruxas, não houve a tentativa de influenciar ou negar o direito acadêmico àquele que estivesse no movimento. Mesmo Doutor Onofre, que era um homem conservador em relação a uma serie de outras questões. Ele foi educado, prudente, respeitoso e pode ter lutado para as coisas acontecerem de acordo com as suas ideias em respeito à Universidade. Mas não permitiu e nem impediu que esses debates não fossem abertos aqui na Universidade. Essa é a sensação que eu tenho e eu falo como uns dos líderes, como filho do vice-reitor da época e diretor da Faculdade de Direito e também era aluno. A gente livremente ouvia opiniões diferentes. Então essa era a Universidade da gente. Ela ficou muito permeável a uma ação da UNE que ocorreu. Como é que eu devolvo para a população? Na faculdade de Direito se criou o primeiro gabinete de prática jurídica gratuita, lá na Ribeira. Está certo? Coisa que depois foi incorporada no sistema de informações através de estágio ou coisa assim. Medicina, Farmácia, Odontologia... Iam aos bairros e atendiam. Engenharia ia para os bairros. Não tinha arquitetura na época, mas iam para os bairros apoiar e ajudar em questões de saneamento. Pedagogia se meteu nesses programas de educação. Por exemplo, em Angicos, o pessoal da área de educação, dos 16 coordenadores 6 eram da educação e os outros eram de outras áreas. Não era uma coisa isolada para a educação. A Universidade estava tão aberta quando o golpe estourou. Como vimos nesse ponto a Universidade cria

o CRUTAC, mesmo se o CRUTAC foi uma coisa isolada no município, e não mais na comunidade do dia a dia. O CRUTAC, a meu ver, é um fruto do RONDON, que também foi uma tentativa de reaproveitamento, ou seja, são filhotes daquele momento, daquela emergência. Eu posso está enganado, mas a gente pode e vai debater logo em seguida. O papel da UEE (União estadual Estudantes), o papel dos diretores era sustentar esse tríplice e consolidar isso dentro das faculdades. Inventando e reinventado... E agora o que podemos fazer? Que a nossa profissão comece a acontecer já lá fora. E o papel do DCE... Creio que na época da greve era Ginani provavelmente. O papel do DCE era mais de articulação institucional, certo? É o pouco que posso trazer o clima aqui dentro da Universidade, dentro desse contexto. Era o primeiro item, o complemento e o seguinte. Em 1959 a Revolução Cubana questionou a hegemonia do nosso trabalho, criticando a forma de agir e de pensar da América latina. Então questionou, ameaçou cada um, imagine como saber. Na verdade nós estávamos em um período de Guerra Fria. A Guerra Fria, e um pouco antes houve ainda a invasão dos Porcos, já uma tentativa de derrubar o governo de Fidel. Logo depois em 63 o Muro de Berlin. Esse era o clima que nós da Universidade recebíamos os impactos. É que quando você foi presidente, trouxe o IV Congresso Latino Americano dos Estudantes, o IV CLA, em 61. Certo! E então houve conflito aberto da UNE que entendeu que o espaço demográfico, com Djalma na Prefeitura, para que a gente pudesse ter um congresso internacional aqui e uma direita aliada à Igreja Católica na época, que se opusera e denunciara a invasão de Natal pelos comunistas. Certo! O IV CLA, vivenciado assim, eu me lembro do cuidado da liderança estudantil e que de Djalma tiveram na hora que foi preparada uma manifestação que partiu do grande ponto do comércio, para botar os comunistas pra fora. Os comunistas estavam alojados no 7 de setembro, hoje a UNP da Seridó. Os colegas que tinham vindo de outro país estavam alojados lá. E quando descobrimos já tinha uma passeata. Djalma tinha uma casa de verão lá em Ponta Negra. E de repente encontrou alguns caminhões e comunistas e companheiros. Vamos à Ponta Negra com água de coco e algumas cervejas. Enquanto algum pessoal chegava ao 7 de setembro. Graças a Deus o encontro foi vazio e não houve derramamento de sangue, nem quebra-quebra. Isso mostra o clima e a maturidade dessas coisas que aconteceram. Ivis, você está lembrado disso?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Foi.

Marcos José Castro Guerra: Qual era o papel da UEE? Com responsabilidade a gente trazia estas questões. Ao mesmo tempo, outro impacto da Guerra Fria passou a ocorrer com a discussão sobre a legitimidade ou não de um trabalho com Aluizio Alves, com financiamento da Aliança para o Progresso. Fui questionado por Miguel Arrais pessoalmente. E fui discutir longamente em Recife essa questão. Paulo Freire ouviu e eu também, claro. Mas a decisão era de Paulo. Paulo Freire ouviu e decidiu que “Aliança tenha medo de mim. Eu não tenho medo da Aliança”. Então nós decidimos continuar no trabalho. Um pouco antes que fui eleito em 1962 – já deve ser outubro de 62 –, a UNE decide que nós saíssemos atirando de metralhadora. E denunciar Paulo Freire como vendido ao imperialismo. E houve um conselho da UEE em Vitória. Eu participei como presidente e tomei a decisão de me demitir da UEE e achei uma atitude ousada na Caoca, apesar de isolada e ter continuado com o trabalho de educação. Certo? Então me demiti da UEE. Apesar de uma vitória bonita e suada. Vivaldo assumiu a UEE, que era o vice-presidente. Viviam-se um clima de grande franqueza e de grande transparência nas posições. E nunca perdemos a amizade e o respeito apesar de termos condições frontalmente divergentes que definiu o futuro da gente. No começo da gestão de Aluizio Alves, ele convidou os estudantes para participar do governo. Eu me lembro de uma reunião em que disse: “onde vocês querem participar?”. Conversamos. Ademazinho, que era presidente UEE, e um grupo, Natánias entre outros. Decidiram ir para o planejamento da ação pública em que a gente vai mais influenciar o futuro da política pública. É o período da CEPAL, e então um grupo grande das lideranças estudantis, não só economicamente, foram para o planejamento. Criaram a primeira turma séria do CDE, baseada no princípio geral onde não era nas universidades. Eu estou trazendo um quadro, que eu não sei se a Comissão teve essa tela de fundo que vai permitir saber como é que caiu a repressão aqui e por que. Porque a repressão caiu nesta Universidade Federal de maneira até mais forte do que em outro lugar? Por que em outro lugar não tinha muito o que mudar. Entendeu as orientações? Então, na ação da UEE e dos Diretórios, qual foi a minha participação? Trata-se de uma pergunta direta que o presidente da Comissão fez. Eu não queria que a minha participação fosse percebida como de Marcos Guerra. Eu não era nem melhor nem pior que os outros. Entendeu? A nossa geração que teve aquele compromisso, que participou. Nós entendemos o exercício da nossa profissão e o exercício da nossa profissão dentro da Universidade como estudantes. Era não somente consumir o ensino, mas ser proativo. Ajudando a

definir a Universidade, definir o papel. Imagino a gente se recusando a prestar exames de junho? Só prestava quando a Universidade apresentasse novos rumos. O Rio Grande do Norte teve 100% de adesão, e em agosto a UNE recuou, por razões nacionais. Certo? Aí todos nós voltamos e prestamos os exames. E a coisa voltou um pouco, mas já estávamos com um terço aqui dentro dessa sala. Ok! Isso é importante. E uma segunda pergunta: como ficou tudo isso? Quando e quem reformou esse regime, essa legislação na Universidade? Quando, quem e por quê? É uma questão que exige uma verdade acima dela.

Carlos Gomes: E os representantes de um terço?

Marcos José Castro Guerra: O de um Terço? Era um terço e o conselho tinha 20 pessoas. Eram 7, 10. Sei lá. Não sei quem e vou dizer por quê. Em 62, eu pedi demissão do movimento estudantil. E eu mergulhei, tinha que terminar o curso de Direito. E mergulhei. Assumi a direção do trabalho em educação do SECEU. Então eu mergulhei. Uma coisa que eu sei é que saí tranquilo e não fiquei atrapalhando quem estava por lá. Que poderia dizer que Marcos Guerra fazia assim, fazia assado. Isso eu fiz quando saí também de outros lugares. Então confiei no colega que estava lá e não vai ficar atrapalhando. Vou até procurar saber quem foi.

Carlos Gomes: Quem foi o representante?

Marcos José Castro Guerra: Tem que saber quem foi depois de 1962,63. Aí é um desafio para os estudantes de História, que vão mergulhar nas atas e vão descobrir. Está ok? Eu gostaria de saber a resposta depois, se vocês me permitirem. Eu acho que vou pedir licença. Vale a pena 5 minutos de parêntese sobre esse assunto de Paulo Freire, e os outros trabalhos em educação. Foram trabalhos de inovação, a mais absoluta. Vocês imaginem o trabalho do Movimento de Educação de Base: ensinou o básico através da rádio, tendo um alcance de universalização de educação como direito. E o MEB era educação básica e educação política. Certo? Os conteúdos dos cursos do MEB e dos cursos que a Igreja promovia na época no Movimento de Natal eram de educação política. Está claro isso em toda sua documentação disponível. De igual na campanha de

“De pé no chão também se aprende a ler” ou “De pé no chão se aprende uma profissão”, que foi dirigida também por alguém da UEE da direção na qual eu participei, que era o Josemar que dirigia. O Josemar Azevedo que, creio, que já passou por aqui. Com Paulo Freire nem se fala. Educação para ele não é neutra. É uma ação política com uma pequena diferença de conteúdos. Os conteúdos trazidos na educação são os conteúdos do cotidiano da pessoa. Enquanto nas outras cartilhas, os conteúdos eram definidos por educador e as palavras eram também do educador. Certo. Nós com Paulo Freire partimos do conceito antropológico de cultura. Que primeiro a pessoa se descobre como gente, fazedor do mundo, transformador, para então mudar de atitude não sendo mais uma pessoa que diz amém. Sendo uma pessoa se descobrindo como ativa transformadora, cidadão, responsável político etc. Aí sim está aberto o processo de alfabetização. Certo! Com uma diferença entre os dois. Paulo Freire respondeu ao Ministério da Educação que o convidou: “Já que fez isso também, vamos fazer um ensino melhor, mais longo para substituir o ensino primário”. Paulo Freire disse: “Eu estou interessado na educação como direito. 40 horas ou um pouco mais basta”. Por quê? Paulo tinha a consciência de que quem começa a trilhar esse caminho não pára. Começando a trilhar com aquela metodologia não pára. Outro dia eu fui entrevistado pela Globo, pelo Jornal da Globo lá no Rio de Janeiro, aí uma jornalista inocente, coitada, me perguntou: “Mas professor, tinha trabalho de casa? O aluno levava trabalho para casa? 40 horas é muito rápido”. Respondi: “Não, nós intervimos. A casa veio para sala de aula, a preocupação do dia-a-dia foi para sala de aula. Nós intervimos a proporção”. Ela pensou assim... Acho que não entendeu porque na entrevista não colocou essa parte. É mais uma das explicações da rapidez da aprendizagem e do não alfabetismo regressivo. Certo. Porque outra ferramenta se não for usada ela vai enferrujar. Certo. Essa aqui vai se afiar cada vez mais no processo de politização política. Por que estou pedindo este parêntese? Porque estou falando de inovação. Estava falando de transformação e estava falando do papel de nós estudantes universitários dentro desse processo, desse modo ajudando as transformações e transformando a si mesmos. E transformado, este não é mais o mesmo estudante, que muitas vezes escuta alguém que não tem essa noção de reproduzir aquele conhecimento muitas vezes enferrujado, livresco, descomprometido etc., Eu não fiz aqui uma plateia, com essa ideia de explicar tudo. Eu acho que os referenciais já são suficientes para discutir. No meu caso, como foi a aprendizagem? Com Paulo Freire eu já resumi, a

gente conseguiu resultados extraordinários. João Goulart veio para o primeiro ensinamento em Angicos e convidou Paulo Freire para um programa nacional. Nós do Rio Grande do Norte fomos convidados para colaborar com a abertura disso em Sergipe. 1964, em janeiro de 1964, e aqui a gente saiu de Angicos para as Quintas em Natal. Saiu de Angicos para Mossoró e para Macau e começou em Caicó e de repente a Aliança para o Progresso começou a ter dúvidas se continuava ou se estava financiando a coisa certa. Então ela começou e visualizou Aluizio em dezembro de 63. E Calazans Fernandes, que iria tirar o financiamento, que não era bem assim e cozinhou um pouco e com isso chegou o golpe de estado. Pessoalmente, enquanto estudante em 64 e 65, eu só terminei em 65. Uma parte de 64 foi para prisão. A partir de 2 de abril no centro de triagem, de triste memória, dirigido pelo Coronel Ibiapina lá em Recife, segundo o companheiro de guarda. Onde o centro de triagem era extremamente duro, ele tinha uma relação particular comigo, deve ter sido de amor e ódio. E nunca deixou eu sair do centro de triagem. Os outros passavam e iam para outro lugar mais ou menos ou às vezes mais duro. Mas eu nunca consegui sair da 2ª Companhia de Guarda. Até que a gente conseguiu ser solto por *Habeas Corpus* umas 8 ou 10 vezes. Meu Pai era meu Advogado e depois conseguiu me transferir para a prisão no 16º RI, aqui em Natal. Na infantaria não fiquei isolado. Você vive a prisão coletiva, e uma grande parte das pessoas foi presa aqui. Pouca gente ficou isolada. Quando ficou foi por pouco tempo. A minha transferência para cá significou isolamento, e em Recife eu não fiquei isolado, só por pouco tempo. E foi uma companhia de extraordinária aprendizagem também. O primeiro dia foi todo o secretariado de Miguel Arrais e mais Pelopidas da Silveira. Daqui a pouco Julião, Gregório, Claudemir Moraes etc. Ou seja, escola boa [risos] para a gente aprender coisas boas. 65, nós conseguimos uma prisão para Natal e os professores admitiram quem estava preso não só de fazer alguns estágios. Em Direito era mais fácil, e podia escrever na sela do 16º RI. Isso podia ser aproveitado, substituindo presença ou coisa que o valha. A metade do tempo eu estava em uma prisão no 16º RI. Saía para as aulas e voltava. Depois consegui prisão domiciliar com direito de frequentar a faculdade. Eu me lembro de uma monografia que eu fiz, de Direito Constitucional. Era no último ano na época de Edgar Barbosa. E mandou que eu escolhesse o tema. Aí, eu consegui uma máquina de escrever, papel e dois ou três livros. E escrevi prudentemente. Era jovem, o que eu poderia fazer? Era sobre o direito de ir e vir na Constituição brasileira. Era assim: os artigos eram lidos pelos oficiais antes de ser

publicados. Imagine que os caras devem ter achado uma verdadeira (palavra incompreendida) ou coisa assim, mais digamos que vivi assim em 64 e 65. Formei-me no dia 08 e tentei sair do Brasil por lugares diferentes sem poder, pois eu não fazia parte de uma lista, mas recebi uma proposta de um professor da faculdade de me candidatar como ex-líder estudantil. Talvez eu nunca disse isso em público. Como ex-líder estudantil fui convidado a me candidatas nos Estados Unidos para um estágio para que eu pudesse conhecer de perto e mudar de ideias. O professor Milton Ribeiro Dantas era quem liberava os passaportes. Ele dirigia o ITEP e liberava os passaportes. Disse-me que não poderia me dar um passaporte porque eu estava em uma lista, mais se eu fosse convidado por esse pessoal eu lhe dou um passaporte. Aí então eu fiz uma entrevista. O Consulado me convidou e o convite foi entregue à polícia. O professor Milton Ribeiro redigiu o passaporte. Preparou tudo. E na hora do lugar do destino, ele colocou Europa, e não Estados Unidos. Europa. “Ih, eu coloquei Europa, não podia. Para você é só Estados Unidos, mas eu confio em você, não vou fazer outro não”. Isso é importante para relatar o clima certo! Ele confiou e tinha toda razão. Eu viajei para Paris no dia do Natal [risos]. Dezembro de 65. Ele sabia o que fazia e ele sabia se eu tivesse uma oportunidade eu aproveitaria. Ele não podia fazer de outra maneira. Mas era para mostrar o clima. Eu creio que nesse começo o clima ainda era: no que vai dar isso? Mesmo a tortura, ela tava se experimentando. Ela nem era sistemática, brutal e irremediável como depois do AI5. Vocês já devem ter esses depoimentos aqui. Resumidamente fiquei fora de 1965 – do dia do Natal até 86 mais ou menos. Em resumo o primeiro período na França foi de aprendizagem da língua. De aprender o exílio, os empregos sem falar a língua. Rapidamente, com um convite no mês de junho fui fazer um curso de verão no Instituto de Educação e Desenvolvimento no Padre Lebré. Fiz uma fala sobre o nosso trabalho de educação popular no Brasil. E em setembro fui convidado para ser professor naquele instituto. Foi uma coisa importante, pois abriu portas e permitiu vivenciar um regime francês em outro nível. A fase seguinte foi que criamos em Paris uma frente única, incluindo um jornal de informação chamado *FBI France Brésilien d'information*, item e movimento. Nós nos reuníamos na casa do jornalista Raul Riff que tinha sido assessor de imprensa de Jango. Fazia parte um professor bastante conhecido da USP, Luiz Delbran Pereira. Hoje está em Rondônia, um dos grandes especialistas mundiais em malária. Lá na França como exilado ele fazia parte do Pakistan em Biologia e outros. O doutor Miguel Arrais participou em alguns

momentos disso. Marcos Moreira Alves, em algum momento do seu exílio, participou disso e colaborou. Colaboraram tantos outros que eu queria dizer com esse símbolo. É que nós fizemos algum trabalho. Nós éramos menos de 12 que pagávamos impostos e tínhamos a situação legítima. Alguns escolheram refúgio onde você recebe uma ajuda, mas fica calado e não pode falar contra o seu país de origem; outros não tiveram condição de legalizar ou legalizavam, mas não tinham condição de denunciar. Alguns de nós tínhamos condição de denunciar. Eu fiz parte desse grupo e nós fizemos o combate à ditadura. E outra frente que era importante e aconteceu: os colegas que chegaram dos porões da ditadura. Nós criamos uma ação solidária para receber colegas que chegavam quebrados precisando desde médico de osso a médico de mente ou de abrigo, buscando emprego, simplesmente comida ou alguém que dividisse aluguel, emprestasse uma casa etc. Foi uma atividade importante que incomodou e a partir de 1970, 69,70, bem antes que os historiadores admitem. E eu acho que é uma falha que os historiadores poderiam corrigir. Chega Fleury em Paris. Tenho certeza que em 70. Eu trabalhava em uma instituição que tinha participado das lutas pela independência pelo Marrocos. E tinha participado das lutas pela independência das colônias africanas e tinha tomado posição na Guerra da Argélia. O pastor Jack Bonou, socialista protestante, fazia parte da direção do instituto. E Jack tinha uma boa ligação com a polícia. A polícia, como qualquer entidade, tem correntes lá dentro, e a corrente socialista avisou a Jack: “Jack ele vem buscar um cara, fulano de tal, assim e assado”. E eu fui informado. Mergulhei três semanas no interior da França. O pessoal desativo voltou pra cá. Seis meses e algum tempo depois veio uma segunda, a de recomendação. Mergulhei e mudei de identidade, certo! Passei a me chamar Castro Guerra nos meus documentos. Entrei de novo na França com outro nome, e meu nome do meio.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Deveria ser José de Castro!

Marcos José Castro Guerra: Pois é. Esse deveria ser o meu codinome, mas tudo bem. Só estou mostrando. De novo vou repetir: não estou falando sobre mim, estou falando das gerações, entendeu? O Fleury de novo voltou para casa, e mais ou menos em 1971, maio ou junho, ameaçou-me. E eu tenho um filho – o mais velho – que nasceu em 30 de abril. Ficou um mês numa espécie de incubadora. Ele tinha acabado de sair, quando disseram que agora é para valer. Ele não vai mais se conformar se você for se esconder.

Tem como ir atrás, vai morrer em baixo do metrô e os outros vão ser levados ao Brasil. Lá o instituto que eu trabalhava me ofereceu. Eu viajei 10 dias ou coisa que o valha, para Níger e morei 7 anos na África Negra. Lá o Freury não chegou e se chegou não fui avisado ou não me encontrou. Não chegou. A própria situação do brasileiro nesse momento estava começando a perseguir e a retirar passaporte. E a oferecer às pessoas o que chamamos de “fica porte”. Você tinha aquele documento e poderia estar naquele país e voltar para casa, mas não podia mais circular. Isso também não foi registrado pelos historiadores, já que o Itamarati foi pouco a pouco se vendendo e sendo ocupado pela repressão. Eu posso detalhar como foi a minha renovação de passaporte em cada 2 anos na Embaixada de Dakar, depois na Embaixada de Abdjan. Em 73 o Presidente da República com quem eu trabalhava no Níger sofreu um Golpe de Estado. Ele me avisou à sua maneira e me obrigou a sair de férias. Três dias depois de eu sair de férias o governo dele foi derrubado e a esposa assassinada. Eu dirigia uma missão com 29 cooperantes, mas ele tinha mandado sair de férias antes e eu fui trabalhar em outro país africano. Não dava ainda para depois voltar à Paris. Trabalhei em Abdjan na Costa do Marfim, voltei para Paris em 1976. Quando cheguei em 76 houve uma operação com essa história do passaporte, na hora de retirado o passaporte. Em 79 minha segunda filha nasceu, negaram o passaporte para ela. “É contra ela ou contra mim?”. “É contra você, mas como é sua filha não vamos dar passaporte”. Nós tínhamos uma postura combatível e de denúncia, nós todos que podíamos ter. Nessa hora Celso Furtado vivia em Paris participando dessa coisa de denúncia. Valdir Pires, entre outros. E eu simplesmente exigi o passaporte e em 24 horas ou 48 horas depois fui pegar o passaporte.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Isso foi em 1979?

Marcos José Castro Guerra: Elisa? Foi em 1978. Eu cheguei ao Consulado de Paris em 1978, e o Cônsul disse: “Quem era o senhor? É muita pretensão! Nós já não dissemos que não dava”. Eu disse: “Vamos aqui na janela?” Ele olhou e tinha um carro da televisão francesa estatal lá embaixo. Se eu descer sem o passaporte eu dou uma entrevista e eles sobem para pegar a entrevista. Era assim que trabalhava a oposição. E ele olhou para mim com ódio, abriu a gaveta e entregou o passaporte. E o meu passaporte estava lá, retido, como o de Boal, de Sebastião Salgado e outros. Nós entramos com um mandado de segurança contra o Silverinha. O Azevedo Silveira que

era ministro das relações exteriores e nós ganhamos em 79 no meio de abril. Em abril de 79, eu tenho o passaporte que foi expedido por ordem do Tribunal de Recursos da época. Porque o Itamarati não deu. E nós mudamos a jurisprudência. O passaporte é do cidadão e não é do governo. O governo que assinou a convenção com o direito de ir e vir é obrigado a documentar o cidadão, que quer exercer esse direito. Certo! Eu tenho os primeiros passaportes, pois entrei com esse recurso, como Sebastiao Salgado, aquele fotógrafo. Pombal foi nosso advogado. No meu caso foi papai e Edvaldo Piveta, um colega de São Paulo, diretor de teatro. Advogado e diretor de teatro. Com esse passaporte eu vim aqui em junho de 79. A anistia é de agosto. Certo! Quando descemos em Recife, o avião da TAP foi cercado por uma companhia do Exército. Junho ou julho, eu acho que foi junho, é a data do aniversário do meu sobrinho, então é fácil de saber... Então o capitão soube e disse esteja preso. “Preso quem, eu ou minha família?”. Aí ele disse que a família também. Até aí tudo bem. Descendo a escada eu disse: “Olha é bom você ficar sabendo de uma coisa – vocês estão dizendo lá fora que isso aqui é uma democracia. Amanhã vou ser manchete de jornal na Europa”. Por quê? Está aí no aeroporto Dom Helder, está aí no aeroporto o Estadão, está a Folha, minha família... papai alugou um ônibus. Foram todos da família. A minha família era pequena, entraram umas 40 pessoas no ônibus e papai foi com João Faustino. Papai foi com João Faustino que era deputado da ARENA. João teve esta coragem pessoal. Papai foi e entrou com João em uma sala e depois me levaram. Eu disse ao oficial: “Você disse que aqui era uma democracia! Amanhã você vai estar na imprensa internacional, porque minha esposa da é argentina e os dois filhos são franceses, eles têm a dupla nacionalidade”. O Cara disse: “Espera aí”. Saiu e deve ter ido telefonar ou outra coisa assim. Aí disse: “Só o senhor está preso. Está bem, e as malas?”. Eu queria testar o rigor. “Diga-me quais são as suas e as da sua família podem passar”. Eu disse: “Opa! Não tem problema, daqui para frente a ordem vai afrouxar.” Entendeu? Eu só estou mostrando esse dado, e a anistia foi em agosto, porque é que eu vim? Só para completar. Nós decidimos no exílio que quatro de nós viria para cá, pois a gente estava lutando pelo CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), e fazendo uma série de denúncias. Um veio para o Rio, outro Porto Alegre, um para o Nordeste, e o quarto não me lembro não sei pra onde. Entende? E fui eu quem veio para o Nordeste, pois eu tinha esta condição privilegiada. Primeiro eu não tinha medo de enfrentar uma prisão. Ou pelo menos na

época eu não tinha. Sobretudo eu tinha estas características e a mexer com gente de outros países na manchete do jornal... Você queria dizer alguma coisa?

Almir Bueno: O professor me permita um aparte? No início, antes de começar a reunião, o senhor falou que talvez não tivesse muito a acrescentar a esse período que estive no exílio. Aqui na Comissão tivemos poucos depoimentos de pessoas que foram para o exílio. Na maioria das vezes tivemos depoimentos de pessoas daqui. Eu acho que seria importante o senhor relatar as impressões e de que maneira chegavam as informações do Brasil, do caso daqui da Universidade, e como chegavam no exterior. Pois aí acho que seria um depoimento bastante interessante. Pois, aqui na Comissão, só temos o depoimento de Laly, mas ela não veio para cá.

Carlos Gomes: Nós ouvimos a entrevista do Memória Viva.

Almir Bueno: Então é nesse sentido.

Marcos José Castro Guerra: Ok! Obrigado. Eu acrescento aqui e termino esse roteiro. Evidentemente estava em uma situação privilegiada. Primeiro, porque Paris é o centro de exílio, assim como Nova York é um centro de exílio e algumas capitais mundiais. Mais nós fazíamos parte de um grupo que decidia acuar a repressão daqui e combater a repressão aqui. Nós ganhamos alianças de setores da Igreja Católica, nós ganhamos alianças de setores das Igrejas Protestantes, nós ganhamos alianças dos setores dos partidos políticos, e de comunidades mais avançadas no interior da Europa. O nosso trabalho era de convencimento e de informações. As desinformações enviadas pela imprensa oficial eram que estava tudo ótimo por aqui. Entre nós, esse trabalho não cessou. Dou outro exemplo desse trabalho, ainda para falar sobre ele. Dou dois. No auge da repressão e da turma do AI5, nós convencemos a irmã de Miguel Arrais, a Violeta, francesa que também estava com dupla nacionalidade. A irmã mais velha de Doutor Miguel, ela que tinha uma ótima relação com a comunidade francesa, ela tinha dupla nacionalidade e era casada com um dirigente que seria hoje algo como o IBGE aqui. E ela conseguiu com Il Maler, diretor de cinema francês, um programa no “ouvert rouperum”, que era uma rádio de grande audiência na França, na Bélgica e na Suíça. Ela

conseguiu uma tarde inteira sobre a ditadura no Brasil e focou a batata quente na mão da gente. Como falar uma tarde inteira denunciando ditadura sem perder o ouvinte? Entendeu? É complicado. Nós trabalhamos um pouco a hipótese e Geraldo Vandré estava em Paris naquele período. Tinha voltado da Bélgica. Eu e Geraldo éramos amigos. Ele frequentava lá em casa e topou tocar músicas características e fazer o fundo musical o tempo todo em um programa que começava das 15 da tarde e iria até 20 da noite, oportunidade concedida por Luir Mar dirigindo – que dirigia o programa – e que é um grande diretor de cinema. Nós conseguimos alguns testemunhos de peito aberto com o nome dela. Algumas testemunhas como eu sou cathedral. Que dizer, você deforma a voz como aquele vidro de cathedral deforma a imagem. Se fosse para a televisão você teria que usar. A pessoa não tinha condição e coragem por causa da repressão que poderia atingir os seus familiares, mas os fatos concretos como datas apareciam. E Geraldo fez o som. Mais precisava de um âncora brasileiro e que falasse bem o francês. Francês para mim é condição de sobrevivência como o português e o espanhol. Se você quer sobreviver tem que meter a cara. Eu fiz parte desse programa, e seguramente foi a gota d'água para Fleury. Entendeu? O que explica a atitude dele em 1971 e explica outras atitudes do Itamarati. Eles inventaram um crime: denegrir a imagem do Brasil no exterior. Eu acho importante se a gente puder botar a mão em cima dos documentos do Itamarati, dando ordem para as pessoas responsáveis por esse crime serem perseguidas, onde elas estiverem. Esse documento existe e a gente tem que colocar as mãos em cima. A Comissão da Verdade poderia talvez contribuir para isso. Um resumo assim do exílio, depois eu voltei para a França no segundo período em 77-78, trabalhei um período na França. E mais diretamente com entidades católicas e protestantes, procurando estabelecer solidariedade com outros países. Aí a gente entrou em parceria com muitos outros países com suas lutas. E em 80 fui trabalhar com as Nações Unidas. Nas “Diretas Já”, para dar um exemplo sobre o que você diz. Contava-se nas “Diretas Já”. Nos dias das “Diretas Já” eu estava no hotel. 7h30 da manhã passa um colega e diz: “Marcos, o que neste seu radinho de pilha fala sobre o Brasil?”. Eu tinha um radinho, mas não dizia nada, aí ele disse que não tinha problema se nós descêssemos para o subsolo da agência de noticiário portuguesa, a NOPE. Onde tinha uns três telexes cuspiendo. Eram 25 ou 24 de abril, dia das “Diretas Já”. Vamos ter que olhar aí, depois podemos checar.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: É, 25.

Marcos José Castro Guerra: 25. A gente desce e quais são as notícias do Brasil? Não tem! É um congresso está tudo reunido tudo em paz. E aí, cuspiam muita coisa do 25 de abril. Nós descemos o Rodolfo Alfredo, aquele austríaco, e ele era amigo do jornalista português. Está acontecendo isso não Brasil? Não pode! Aí o Nestor Bandeira o jornalista português senta no telex e chama o redator chefe da ANOPE, e o redator chefe diz: “Nestor, está tão cedo e você já bebeu muito?” “Rapaz, estou aqui com fulano de tal e ele está me dizendo que está acontecendo isso.” O cara responde: “Impossível! Fulano e fulano, dois dos melhores jornalistas, estão lá! Se estivesse acontecendo alguma coisa tão importante como isso eles estariam anunciando.” Mas houve um bloqueio de informações, aí eu voltei pro hotel peguei a minha agenda, acertamos, ligamos para Miguel Arrais, que era o líder da oposição no Congresso, identifiquei e acertamos que ele viria dar uma entrevista ao vivo, duas horas depois, porque ele estava no plenário. Aí ele veio e descreveu a repressão. Nilton Cruz e companhia. Descreveu, nós fazíamos isso. Nós trazíamos à luz o que a repressão não deixava sair do Brasil. Entendeu? Nós trazíamos isso. De maneira permanente. Foi criado pelos Católicos, o padre Antoadina, foi criado pelos católicos um negócio chamado diapiar. Ainda existe (difusão da América Latina) DIAL ainda hoje existe, ou seja, tudo que o que os outros jornais não dizem da América Latina, sobre os combates sociais etc., ainda hoje essa coisa existe. Nós criamos o FBI, que depois foi reproduzido com cara própria, você estando em Paris você tem gente de todos os movimentos que chegam, você tem familiares e a gente consegue informações totalizando muito mais de quem mora em uma província. Ela não sabia dessa história do Nilton Cruz e morava aqui. Entende? A história do Nilton Cruz só ficou sabendo depois. E nós fazíamos um esforço muito grande contrariamente àquela história que esquerda só se une na cadeia. A gente se uniu em Paris para as denúncias. O Geraldo depois pagou caro porque participou daquele programa, ele foi torturado quase à morte, com uma das piores torturas que foi a privação de drogas. Primeiro, drogavam. Depois de habituado, o privaram da droga e está aí Geraldo que a gente vê hoje. E ela mandou um recado dizendo o principal problema de Geraldo Vandré, o principal problema que vinha nos inquéritos, como aconteceu aquele programa? Eu acho que você relatar no exílio como chegavam as informações. As informações, uma informação quente que chegou. Hoje já dá para dizer a fonte. Nós estamos organizando uma documentação sobre tortura. Conseguimos documentos extraordinários, se esses documentos ficarem no Brasil sem uma cópia lá fora a gente

corre um risco muito grande. A gente vai querer publicar depois de ter um volume suficiente. O livro hoje “Tortura nunca mais”, esse livro chegou lá pouco a pouco no bolso de alguém dentro de uma caixa de fósforos, às vezes em microfilmagem, às vezes em xarope, assim juntando tudo isso o destino principal era o conselho mundial das Igrejas, certo? Pra Dom Paulo, que criou uma rede de alianças. Estou falando tudo isso, pois aqui no Brasil não se fala ou se fala com dificuldade. Eu sou testemunha ocular, às vezes ombreira, às vezes testemunho encorajador, ou sei lá o quê. As notícias que chagavam a gente soltava, mas a gente sabia das universidades. Por exemplo, os professores da UNB quando chegou Azevedo, uma parte veio para Paris, entende? Roberto Las Casas que era uma sumidade em sociologia, foi acolhido por a gente. O primeiro emprego que a gente consegui para ele foi de corregedor no *mercado de grossiste le ale*. Ele não tinha esse prepara físico e o segundo emprego que a gente consegui... Eu estou contando pois são situações de gente de vida, a repressão fez isso também. Roberto é um homem alto, boníssimo, *bon vivant*. O segundo trabalho de Roberto foi numa fábrica mais leve de dobrar embalagem. Robertos Las Casas, acho que você não conheceu. E Roberto chegou e quis racionalizar a dobradura, conversou com o patrão e disse: “Olha, se pegar duas ou três ideias minhas, você, ao invés de vender 200 embalagens por dia, vai vender 350”. Os trabalhadores disseram: “Roberto, não entre nessa não porque, se melhorar, ele vão demitir alguns de nós e você é o ultimo que chegou”. Não deu outra. Ou seja, a história do exílio nós vivíamos entre essa denúncia e um cotidiano que não era muito fácil, OK? O eco que a gente teve muito grande foi o 477, foi um documento que foi editado pelo AI5, alguma coisa assim, que impedia a matrícula de estudantes ou professor ou funcionário que pudesse estar implicado em qualquer movimento considerado subversivo. Vocês já devem ter trabalhado aqui sobre as vítimas do 477.

Carlos Gomes: Rinaldo Barros é o único.

Marcos José Castro Guerra: Danilo Bessa também foi.

Várias vozes: Não.

Carlos Gomes: Pelo que nós constamos só Rinaldo.

Marcos José Castro Guerra: Não? Ginani foi vítima do 477, ele era bolsista da CAPES em Londres.

Carlos Gomes: Mais não chegou a ser condenado.

Marcos José Castro Guerra: Mas a bolsa foi interrompida e ele foi obrigado a voltar.

Carlos Gomes: Muitos foram enquadrados, mas no decorrer foram retirados. O único que foi condenado foi Rinaldo. Agora, quem foram os envolvidos, tiveram outros.

Marcos José Castro Guerra: Então esses ecos a gente recebia, como também recebíamos ecos de reitores que vinham em visitas coletivas para aprenderem como eram as universidades lá fora, talvez para se enquadrar um pouco. Mas os ecos eram muitos ariscados. Minha família e papai tinham canais, não se correspondiam. Era um perigo. Me pediam para não mandar cartas de novo, por meio de segurança. Era um perigo. Papai foi candidato a reitor aqui. Na lista tríplice foi o primeiro, foi o preferido porque tinha sido advogado de preso político. Esses ecos chegavam à gente porque sustentou muito bem. A entrevista de Miguel Arrais ao Leste Bandeira deu primeira página em Lisboa, depois em Madri, depois em toda a Europa. O pessoal ficou louco aqui como é que furou um negócio desse. A segunda entrevista do doutor Miguel veio lá, telefone para tal número. Esse número não é Brasília, a entrevista tinha sido dada por outra pessoa porque tinham começado a filtrar no Congresso. A segunda entrevista tinha sido lá para Mato Grosso. A terceira, as informações vinham de Belém do Pará. O pessoal segurou muito bem a batata quente. Porque não queria que aquele modelo que a gente tinha começado de universidade continuasse. Eu estou vendo que está na hora de terminar, para a gente poder pegar talvez outras perguntas ou coisa que o valha. As informações chegavam muito pouco, se a gente pudesse assim dizer. Parcamente. Era perigoso sair informações daqui, quem era pego com informação era imediatamente perseguido. Olha que o número de gente que foi destruída... Eu tenho uma estatística que eu não, não, é a minha estatística da minha experiência pessoal. Do exílio não sobra

com saúde mental 10%; do exílio duro, das cadeias duras e dos exílios duros não sobra com saúde mental 10% e é dramático isso. É um resultado desejado, eu acho que a gente tem que se sentir feliz quando encontra alguém que quando pode ajudar alguém que está nesta percentagem ou pode trazer alguém para dentro dessa percentagem. Não vi estudos sobre isso, e é uma hipótese de denúncia que faço para esta Universidade. Por que a Universidade não estudou essas coisas? Desta abertura, desde a Constituição de 1988, antes da Constituição de 88, o que impedia a Universidade de estudar, de fazer pesquisa? O que é que aconteceu? De ir a Rocas fazer pesquisa para saber o que aconteceu com os ex-alunos da campanha “De pé no chão” e ir ao interior saber o que aconteceu. Eu não estou falando só da área de educação, estou falando do pessoal de Sociologia, Ciências Políticas, Jornalismo. O que é que aconteceu com a Universidade é que de repente ela se acomodou. O que acontece: existe um endeusamento ou um parquíssimo de discutir as teorias de Paulo Freire. As teorias todo mundo conhece de traz para frente de frente para traz. Teoria não leva a nada. Vale as práticas e os acentos das práticas e os resultados das práticas. E os erros das práticas para que eles sejam corrigidos, e as lacunas. Não se fez em Angicos, se fez muito pouco no MEB, não se fez no “pé no chão”, aprendizagem de Matemática com a mesma filosofia. E a Universidade ainda hoje não chegou com esse complemento. O que está acontecendo com a Universidade? É um questionamento. E os programas de educação também. De vez ou outra, Paulo Freire no ensino superior. Outro dia eu vi uma coisa que é até linda, ensinar música a crianças usando o método de Paulo Freire. Coisas assim na televisão. Mais eu digo: a Universidade naquele período nosso... Nós, estudantes universitários, a gente decidia de investir no planejamento, era na hora importante. Nós vamos ocupar, nós vamos definir políticas públicas lá de dentro. Educação é importante, nós vamos ocupar, nós vamos definir e executar lá de dentro, assim por diante. E como isso ficou esse divórcio e quando ele vai cessar. Isso fez parte de um momento que hoje não é mais esse momento, o que não vale a pena retomar esse momento. Uma pergunta que me fica: qual é a participação concreta hoje dos professores, funcionários, alunos? Na efetiva elaboração e execução das propostas que corresponde ao nosso tempo, está aí a turma, está solta procurando uma teoria que explique o que é a greve ou que possa ajudar a dar um passo a mais. Quem é que vai propor? Umas, duas, três, cinco, dez, daqui a pouco vão aparecer uma boa, mais não. Perplexidade compartilhada alguma coisa assim. Gente eu faço minha parte, eu sou professor aqui, de Direito Internacional,

de Direito Estrangeiro. Eu faço parte, não estou atirando pedra em ninguém não, eu estou com a pedra nas costas pesando. Estou perplexo diante disso tudo. Então me parece que uma parte do trabalho da comissão da verdade e memória era tentar identificar algum que trouxe aqui como questionamento. Desculpe é uma visão pessoal, eu vivi uma vida, quer dizer vivi uma parte grande coletiva, mas a gente tem que identificar e cauterizar, lavar a ferida, como vocês viram na comissão da memória e verdade lá da África do Sul e propor retomadas. A comissão não vai terminar contando que o passado foi assim. Ela vai terminar o passado com as lições, essas lições foram interrompidas. Teve tais conivências e uma retomada passaria por isso. Não sei se é bem assim, mas é uma proposta que eu faço. Talvez eu não fui bem assim disciplinado sobre as expectativas, mas cada um tem uma história para trazer. A minha é essa, OK?

Carlos Gomes: Eu queria só completar, pois o trabalho de fazer a ata é grande. Aquela foto que o senhor falou, a família foi no ônibus, aconteceu em qual aeroporto?

Marcos José Castro Guerra: Aeroporto do Recife.

Carlos Gomes: Há! Recife.

Marcos José Castro Guerra: Às vezes que eu quando conto ISS, Moema tem me recriminado. Moema, minha esposa, eu digo, o pobre do piloto ficou todo assustado. Aí ela diz: “e você?” “Eu não!” Primeiro, porque já esperava, a gente estava preparado, nós preparamos. A gente sabia inclusive no exílio as perguntas que seriam postas, porque vários já tinham respondido. E sabiam dos álbuns de fotografia que iriam folhear, para dizer você conhece fulano, conhece sicrano. Quando me perguntaram, eu sabia as perguntas e eu sei as respostas para tudinho. Vou responder “não” e quando vocês quiserem detalhar, vou dizer que não vi e não conheço e se estive não me lembro. Porque não leva a nada, a grande coisa. O cara não desistiu, mas chegou João Faustino, conversou, papai falou que também era advogado, e conseguiram transferir a minha prisão para cá. Eu não respondi, mas já estava todo descolado e pronto para responder.

Carlos Gomes: Foi em 1978?

Marcos José Castro Guerra: Foi em 1979, deve ter sido junho ou julho; mas é fácil de saber.

Carlos Gomes: E quando você falou em Freury, Laly, tal. Então quando ele começou a ali...

Marcos José Castro Guerra: Foi a operação Condor.

Carlos Gomes: Sim. Quando ele começou? Foi em 1971? Quando você foi para África?

Marcos José Castro Guerra: Não. Começou três anos antes.

Carlos Gomes: Sim, eu digo que você...

Marcos José Castro Guerra: A última que me convenceram da irascibilidade, eu não tenho vocação para herói morto. A última da irascibilidade foi em 1971.

Carlos Gomes: Outra coisa: no período que você era estudante, chegou a perder algum ano?

Marcos José Castro Guerra: Não. Aí eu expliquei, havia uma regra que a presença, a gente tinha o direito de 25% de faltas. E nós tínhamos o direito de trocar presença por trabalho. Eu tive bons advogados, então eu tive várias solturas por *habeas corpus*, na época ainda havia o *habeas corpus* e se esperava de novo o tempo de prisão para entrar com *habeas corpus*. Você deve ter ouvido várias histórias, soltam o cara, vai a próxima esquina e pega de novo. Começa a contar prazo de novo. Aconteceu muito em Recife, mas a gente sobrevive, sem traumas maiores, mas sem esquecer, tento perdoar porque são coisas que opção de enganar e enganosas de pessoas. Eu não guardo nem um rancor quanto às pessoas, há uma estrutura que tem que ser combatida, uma atitude que tem que ser combatida. Agora mesmo na OAB houve torturas e porradas feitas na Câmara de Vereadores e nós denunciemos porque é inadmissível a gente começar a achar

normal e natural. Ontem também tive o privilégio de conduzir uma negociação pela OAB com pessoas que estavam ocupando a Prefeitura. Nós conseguimos conciliar as posições outra hora totalmente divergentes, é como que não houvesse depredação e que não houvesse invasão e que houvesse uma saída pacífica. Com vitória possível dos dois lados.

Carlos Gomes: Eu tenho só mais duas perguntas, que vão precisar de mais de tempo. Primeiro é o seguinte: eu ainda continuo curioso com as linhas que a Igreja adotava naquele período. E você esclareceu bem que a Igreja não era uma aliada ao projeto, por exemplo, de “Pé no Chão” nem ao Paulo Freire, era uma terceira opção. Então eu gostaria que você, se for possível, falar qual era exatamente as linhas que a Igreja trabalhava? O social, a educação, a divulgação através das emissoras etc. e tal. OK?

Marcos José Castro Guerra: Quer soltar a outra?

Carlos Gomes: A outra é que me impressionou foi graças à conversa que eu tive com você, eu cheguei até a escrever alguma coisa. Você falando, o jovem estudante de Direito com um pai reconhecido pela sociedade, como um homem que foi diretor da Faculdade de Direito por muito tempo havia é lógico perspectivas de você se aliar a ele para um projeto de vida. Uma vez você me contou que esse projeto de vida foi talvez o maior prejuízo de vida que teve em virtude da repressão. Você foi exilado, e deixou de conviver com o seu pai. Quando você obteve liberdade o seu pai não tinha mais condição de continuar com aquele projeto. Pra mim, foi o grande prejuízo daquele jovem Marcos Guerra.

Marcos José Castro Guerra: Obrigado. É o Movimento de Natal. Eu chamo atenção que menos de 3 meses teve de ser publicado um documento muito importante sobre exatamente esse trabalho da Igreja no começo dos anos 1960. A partir dos anos 40, a Igreja Católica aqui era algo que para muitos é conhecido como SAR ou como a Rádio Rural, mas do ponto de vista teórico é conhecido como Movimento de Natal. Daqui a três meses deve ser publicada uma entrevista excelente e completa que foi dada por Dom Eugenio ao norte-americano *Michel Marfim* que dirigia as Cáritas aqui, essa

entrevista foi em dezembro de 63 até março de 64. Dom Eugenio Sales relata em detalhes porque e como o Movimento de Natal. Qual eram os objetivos, estratégias, que a Igreja tinha, quais eram as metodologias, como era o dia a dia dos Padres, como era o dia a dia do pobre etc. O texto eu tenho aqui, é por isso que fui procurar para não ser infiel. Talvez não valha a pena no detalhe. O texto final foi extremamente difícil, por quê? Esta entrevista, primeiro desapareceu, ninguém sabia que ela tinha existido. Depois um dia o Marfim talvez há uns 8 anos, descobre. Ela havia levado lá, e traduz para o inglês. Tentou publicar, não conseguiu e esqueceu em uma gaveta. Mandou para Safira que foi professora aqui da Faculdade de Ciências Sociais. Safira Bezerra Amam. Safira, pois lá, citou em uma ou duas obras suas, mas de certa forma não viu, digamos assim, o interesse público que seja conhecido e publicado. Certo. Conversando ela depois, eu percebi: tentamos uma tradução de volta para português de uma obra que tinha saído do português para o inglês. Conseguimos com o tradutor, alguém que se pôs muito generoso, que é português, ele traduziu para o português. Nosso amigo Emanuel Caixa Apala, professor universitário e tudo, mas fala português com escorrência e correção de um português de origem. Aí tivemos que fazer uma terceira tradução, isso explica porque somente agora estamos na redação final. Nós nos juntamos a quatro ou cinco pessoas. Essencialmente o Movimento de Natal, no fim dos anos 1950, ele nasceu em 49, depois da 2ª Guerra Mundial. Natal, uma cidade em reconstrução, a ocupação norte-americana chegou a ser muito significativa aqui. Os historiadores demonstram que chegou a representar 30% da população de Natal, ou uma coisa assim, imagina o impacto do choque social, cultural. O poeta Pernambucano diz que as meninas saiam do pediatra para o ginecologista. As mudanças de costumes. Antes em Recife ia para o cinema de paletó e gravata, aqui professor dava aula sem gravata?

Carlos Gomes: Há um livro recentemente lançado que relata mais ou menos essa vida de Natal. Madame Colette.

Marcos José Castro Guerra: De Jair Navarro,

Carlos Gomes: Não, do irmão [do doutor, Túlio Fernandes, nome Caio]... Esqueci.

Marcos José Castro Guerra: Não tem importância, faz parte. Então nos anos de 1949 começou um trabalho discreto. Depois, seis padres junto com Dom Eugenio, tendo como Bispo Dom Marcolino. Esses padres começaram a organizar um trabalho bem mais amplo. Eles diziam assim o mandamento da Igreja Católica é trabalhar com os pobres. Os grandes aliados da Igreja Católica são os ricos. Monsenhor Expedito chegou a relatar em reunião de padres, ele era uns dos seis, quando ele tentava visitar paroquianos pobres. Ele chegou a relatar em um livro recente, ele chegou a dizer: “eu não era bem recebido, e outras vezes eu era bem recebido”. E eu procurei saber: “Não, hoje o senhor passou na casa grande antes de vir para gente. Para quê? Para receber ordens? Para mostrar que privilegia a eles mais do que nós? O senhor é nosso ou é deles? É pastor de quê? E se é pastor, é deles. Essas atitudes, o senhor dará comunhão a eles? Está aqui o relato que eles fizeram conosco essa semana, no mês passado etc”. Ou seja, o conflito estava dentro. Era naquele período daquele contexto que falei. Daquele contexto eu esqueci de ler o que estava escrito. A Igreja escreveu *Pax in Terris*, 1963. O Papa foi provocado, na hora do conflito dos mísseis Kennedy telefonou pro Papa. Eu descobri isso, Kennedy telefonou e disse, ele era católico – eu não tenho como não apertar o meu botão. Nossos aviões espões acabam de descobrir que colocaram mísseis apontando para a gente. Eu tenho o telefone vermelho de Krushev, mas, se ele aperta no botão dele, eu tenho que apertar no meu. E de preferência eu quero apertar antes. Eu lamento profundamente que nós estamos acuados a esse responsável por essa cena de holocausto, mas eu não tenho saída. Eu descobri isso agora outro dia, e não está publicado em lugar nenhum, quer dizer, aqui no Brasil. Mas eu descobri isso na rádio Vaticano e em outros lugares. Eu descobri que esse telefonema foi dado e o Papa tinha aberto o Concílio, o Papa tinha acabado de abrir o Concílio, ou seja, com uma série de outros problemas para resolver. Isso foi em abril, abril de 1963, o Papa não dorme, segundo ele relata, e escreve uma carta para Krushev mesmo. Krushev manda publicar a carta. No Pravda, coisa que nunca tinha acontecido. No Pravda, na primeira página, uma carta do Papa em plena Guerra Fria. Krushev dá ordem para os navios que iam para Cuba para apoiar, de voltarem. E Krushev diz: “Dou a ordem e espero que Kennedy dê a ordem de esvaziar as bases que estão plantando mísseis contra a gente na Turquia”. Foi a resposta dele. Os dois disseram “ufa”. Fizemos pelo Bispo e o Bispo compreendeu, o Bispo deu desculpa pela gente não ser uns idiotas que a história iria guardar como os autores de ter apertado um botão. Por falta de compreensão. Mas eles

estavam acuados, cada um pela visão que eles tinham da sua história e da sua função na história. A Igreja a que, era uma Igreja em pleno Concílio Vaticano. Eu chego a dizer, vou fazer aqui uma afirmação, pessoal e com a minha responsabilidade: a Igreja daqui estava tão avançada como precursora nas ações concretas do Concílio Vaticano II, que Dom Eugenio seria o Papa. Porque o Concílio Vaticano pode pegar todos os itens que correspondem ao que eu vou lhe responder agora. O que era o Movimento de Natal? Tinha trabalho juntos aos imigrantes, tinha trabalho junto à penitenciária, tinha trabalho junto às comunidades pobres, tinha assentamentos rurais precursores da reforma agrária, que começou em Punaú e Pium. Precursores da reforma agrária, a educação pelo rádio, a educação política, freiras em Nísia Florestas exercendo funções reservadas ainda hoje na Igreja Católica a Padre Macho. Ainda hoje atividades são proibidas para as mulheres. A lista é a pauta do Concílio Vaticano II. Então se alguém tinha interesse que Dom Eugenio não fosse Bispo, a gente sabe quem da Igreja brasileira ou da política brasileira é que tinha interesse que não fosse Dom Eugenio, o Papa. Em português tem um nome que se chama *Opus Day*, em outras línguas eu não sei, imagino que o nome seria parecido. O Movimento de Natal estava, era isso ele se viabilizava exatamente no... E aí havia uma coisa que Dom Eugenio não pegou da *Pax in Terris*, a *Pax in Terris* derrubou uma ordem do Santo Ofício Católico. O Santo Ofício em 1949, no fim da Guerra, condenava *ad eternum* o católico que compactuava com o comunismo. Está escrito nas condenações do Santo Ofício. A partir da *Pax in Terris*, ela diz que todos os homens de boa vontade, todos os homens bons, estamos empenhados na transformação do mundo, a um apelo para que acesse o anátema. Nós não estamos interessados em condenar ninguém, nós interessados em coexistir todas as religiões e todos os homens bons. Essa parte o Movimento de Natal não adotou e foi anterior, entendeu. Porque foi da recíproca? Todas as outras coisas que você poder imaginar que ação Católica JEC, JUC Juventude Estudantil, para os secundaristas, JUC para os universitários, JOC para os operários, JAC para ação católica. Agrária que foi a precursora, e depois, com modalidades diferentes, apareceram as Ligas Camponesas, apareceu o Partido Comunista em um grupo diferenciado também fazendo das ligas um pouco diferenciadas daquelas de Julião. Então eu posso dizer que para vocês que nós fomos estimulados. Eu era militante da Igreja, hoje sou um comprometido com questões da Igreja, faço parte da Comissão Justiça e Paz, e fomos aconselhados. E esse Papa que chegou agora disse a dois dias que é dever do cristão a participação política, ele disse

com todas as letras. É dever do cristão a participação política. Nós estamos voltando a uma Igreja que assume sua responsabilidade como nós estudantes assumimos a nossa responsabilidade. Rapidamente sobre esta questão de Papa, evidentemente isso foi discutido quando pede anistia, eu pedi anistia Federal ao Ministério da Justiça. Como Advogado, eu fui impedido em exercer a minha profissão de advogado com a prisão e o exílio. Comprovei, pois, quando eu saí já estava na OAB. E recebi a minha carteira vermelha da OAB em janeiro de 1966, recebeu o meu procurador papai. Mais eu pedi depois que me formei em 8 de dezembro e só saí daqui no dia 25. A turma nossa pediu e nós recebemos a carteira vermelha. Eu disse na Comissão de Anistia: sonhei como me aliar para exercer advocacia com meu pai, esse sonho me foi negado. Mas não fui exercer advocacia que era a cumplicidade maior que eu tinha com papai. A cumplicidade maior era de filho de família com os meus irmãos, nós éramos 13, eu acho que exercer a profissão era um bom pedaço desse convívio, mas não era o sonho todo. O sonho todo não pode ser feito, o sonho de exercer advocacia também não pode, mas é assim a vida. O que eu disse lá foi o seguinte: que eu então complemento a sua resposta. Eu peço para ser reintegrado como advogado, então eu fui reentrando com uma bolsa de salário de um advogado, R\$ 4.600 reais por mês se eu tivesse sido advogado ao longo do tempo seguramente eu teria um fixo um pouquinho diferente disso, pois eu disse à Comissão: olhem bem, os meus colegas de curso e classe, hoje eles são desembargadores, procuradores, trabalham no ministério público ou dirigem escritórios altamente conceituados com ingresso bem diferente disso etc. Mais talvez eles não tenham tido a oportunidade que eu tive de crescer com o exílio. Eu cresci como gente, adquiri experiências diferentes, isso não é patrimônio financeiro. Acho que é muito mais. Papai também sentiu esta falta e por isso que quando voltei para cá, em 1991, tive um convite para ser secretário do estado de educação pelo governador José Agripino, não tive convites antes quando estava no poder o PMDB ou outros, eu nunca tive. Aceitei o primeiro convite certo que tinha uma missão a cumprir e eu nunca mais poderia falar em educação se não tivesse aceitado. Porque iriam me responder: foi-lhe pedido, foi-lhe proposto, e você não aceitou então sua crítica não vale de nada. Com aquele espírito de quando a gente estava na Universidade. A partir de 1991, a gente teve uma convivência, a gente não teve queixas, a gente viveu para frente mesmo.

Carlos Gomes: Agora vou abrir para perguntas.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu peço em primeiro lugar, não é pela idade não, é porque eu quero me desculpar com você, Marcos, com o Presidente e com os companheiros da Comissão, pelo mesmo motivo que cheguei atrasado porque faltou comunicação, não entrou no meu e-mail a pauta, eu pensei que não havia. E por esse motivo que estou fazendo a minha intervenção que é mais uma saudação. Que é um prazer muito grande ter ele aqui, nós tínhamos naquela época um grupo que não só trabalhava na política, participava da política universitária, mas também de amizade. Daquele grupo praticamente todos já passaram por aqui, eu diria que fora você só faltava Natãias que a gente já conversou sobre isso, e os que moram aqui. Já veio Geniberto, falta Ginani.

Carlos Gomes: Ginani eu consegui através de um relatório.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não houve a oportunidade, até teve aqui, faltou a oportunidade. É um prazer renovável que voltou já há muito tempo para nós. E eu estava muito atento à sua exposição e estava dizendo que a sua análise foi exatamente a que eu fiz aqui, do momento político pré-golpe. E da política universitária e a sua situação nacional. E sua memória sempre foi excelente. Eu estava aqui, você falando e eu relembrando dos dados que estavam cronologicamente corretos. E eu fiquei pensando: você foi pro exílio, você fixou tudo aquilo, a gente fica sem uma sucessão de coisas que a gente termina esquecendo, eu não sei eu estou dando uma de psicólogo.

Marcos José Castro Guerra: Ah! Me desculpe [risos].

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Mas eu tinha a impressão que é isso mesmo. Você estava lá e recordou tudo o que viveu. Lá você viveu outra vida e não esqueceu nada. Mas a sua memória sempre foi muito boa. Fico feliz por que você relatou com muita precisão, inclusive os julgamentos que você fez. Então eu não tenho nada a acrescentar, só dizer aqui a todos que ele foi realmente duas coisas: a primeira, um grande trabalhador e sempre muito coerente; segundo, você foi o que pagou o mais caro, foi para o exílio porque todos aqui ficaram e se dedicaram evidentemente, não foram covardes. Foram se dedicar à sua profissão, sua família. Ficou todo mundo

mergulhado até onde pôde. Você ficou lá combatendo e prestando um excelente serviço e todo o Rio Grande do Norte sabe disso. Era só isso que eu queria dizer; foi um prazer renovado estar aqui. Mas queria fazer só uma pergunta, que mais é uma curiosidade. Um grande amigo que eu tive em Recife através de Natánias, que foi o meu contemporâneo da política da UNE. Você citou um grupo lá em Paris e não citou o nome dele. Gostaria de saber se ele estava lá: Marcos Lis e o irmão Silvío Lis, eles estavam nessa época lá?

Marcos José Castro Guerra: Exato! Evidentemente Marcos Lis que teria sido da diretoria da UNE, creio que com Paulinho, talvez ou com Natánias.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Natánias.

Marcos José Castro Guerra: Marcos Lis, um economista pernambucano, e o irmão.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Isso foi antes.

Marcos José Castro Guerra: Um economista pernambucano e o irmão Silvío que teria sido presidente do diretório. Então, Marcos fazia parte do gabinete do doutor Miguel Arrais. Naquela discussão de Paulo Freire.

Ivis Bezerra. Você falou em secretaria e eu me lembrei de que ele era uns dos secretários.

Marcos José Castro Guerra: Naquela discussão sobre Paulo Freyre, além do Paulo, o único que ficou conosco foi Marcos Lis. E a posição de Marcos foi seguramente importante para doutor Miguel, que Marcos era homem de confiança de doutor Miguel. E doutor Miguel disse: “eu não estou convencido, mas não me oponho.” Isso já era enorme para um político daquela época. Djalma não estava convencido e se opunha, nunca perdeu a estima com Paulo. E Paulo sempre cooperou aqui, com a Campanha de Pé no Chão. Venho algumas vezes para formação de professores e tudo. Marcos Lis, lá em Paris, ele ajudou na formação da associação de solidariedade, mas Marcos tinha uma

vocação menos plural. Marcos e doutor Miguel criaram um partido alternativo no exterior, e fizeram a alternativa e vieram para cá. Marcos veio clandestino para o Brasil, tentando criar um partido alternativo que não era o PMDB, nem era PSDB ou coisa que o valha, eu não me lembro bem do nome, os historiadores devem saber. Posso obter o nome. Na hora do golpe na Argélia, o doutor Miguel Arrais estava refugiado na embaixada no Rio de Janeiro. E o embaixador da Argélia era aliado o que daria o golpe de estado na Argélia, mas era um aliado fundamental importantíssimo. Houve uma negociação e Arrais obteve um Salvo Conduto para se exilar na Argélia. E pela importância do prisioneiro, o embaixador o acompanhou, o que jogou fumaça nos olhos lá do Bumedine e dos outros. Então eles foram juntos para Argélia, assim que Arrais chegou, houve o golpe de estado. Mas Arrais sempre procurou manter um contato político aqui, achando que a luta contra a ditadura lá fora não bastava. Lá fora a gente, era a linha auxiliar. A linha de frente era quem estava aqui. Nós sempre nos comportamos como linha auxiliar. Não impedia às vezes a gente fazer propostas, rejeitadas, mas propostas. E Marcos saiu dessa, digamos, dessa atividade, mais ampla. Porque não poderia se expor. E se dedicou mais à formação desse partido. Quando veio clandestinamente para tentar. E Silvio não, entrou na atividade comercial com o doutor Miguel, compraram uma empresa que comprava petróleo da Argélia e vendia pra cá, comprava Kombi e alguns alimentos e vendia pra lá. Essa intermediação trazia para a própria sobrevivência e boa parte de dinheiro para o futuro partido ou pelo menos financiar alguma viagem e as negociações. Marcos, quando voltou para o Brasil, foi morar no Rio de Janeiro, ainda no exílio foi trabalhar na Faud, dirigiu o departamento de reforma agrária e ficou ali uns 3 anos ou 4. Pegou uma doença grave em uma das viagens da Índia e morreu disso ou sei lá do que. E já faz uns 8 anos disso. Moema quer completar sobre a minha memória.

Moema de Lemos Santos Barreto: Eu acho que a gente está há 22 anos, vai fazer no dia 19 de agosto de casados.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: ela esqueceu um pouco os anos, mas lembrou a data. Isso é importante.

Moema de Lemos Santos Barreto: E durante esse período inteiro eu sempre perguntei muito sobre essa vida de Marcos, essa vida passada e ele sempre teve muita dificuldade em responder, principalmente a questão de exílio e tortura, ele nunca gostou de falar, ele sempre tem caminho que tentava escapar. Como eu sempre quis juntar essas pontas, só que não entendia por que ele tinha sido tão buscado lá fora. Eu dizia: você já saiu? E por que estão lhe procurando? Então eu não entendia. Ela soltava alguma coisa. Eu acho que essas metralhadas de perguntas durante esses anos todos ajudaram a ele ir arrumando a cronologia de todas essas histórias. E eu sempre digo que ele tem a responsabilidade de escrever isso. Eu sei que é muito difícil como é difícil falar. Agora ele já fala bem, mas no início era muita mais difícil. Também digo que Gabriel precisa conhecer a sua história. Porque nem eu e nem o Gabriel que está com 17 anos não conhecemos muito a história do pai. É um momento pra gente muito importante porque a gente junta as pontas.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Um obrigado, e é um grande prazer em tê-lo aqui. Eu vou me retirar.

Conceição Fraga: Professor Marcos, para a gente da Universidade é uma honra muito grande receber o senhor, porque a sua história a gente conhece muitas vezes da experiência dos depoimentos das pessoas que viveram na época, e o senhor como sempre consegue dar uma aula e um curso inteiro em uma tarde. Então isso é uma capacidade muito particular de alguns, e a capacidade de síntese de transformar tanto tempo em poucas palavras e tanta riqueza. E consegue também com o seu senso crítico e com sua capacidade generosa de chamar atenção dos papéis dos intelectuais muito corretamente, como o senhor mesmo disse; sabemos que temos responsabilidades diferentes cada um tem as costas para levar pancadas. Nesse sentido, me chamou muito a atenção, porque eu gostaria de elencar alguns dados que são poucos compreensíveis. Na minha dissertação – eu fiz sobre o movimento estudantil; como eu militei no movimento estudantil muito intensamente, eu tinha essa curiosidade de querer entender e fiz a minha dissertação sobre isso – a minha pretensão era o Rio Grande do Norte, mas por necessidade, acabei indo para a Amazônia e fiz sobre o movimento estudantil do Amazonas, sobre a resistência ao golpe militar lá na Amazônia, e aprendi muito sobre a resistência do golpe militar na Amazônia através da coleta de informações das fontes

para fazer o trabalho. Depois fiquei com a curiosidade de entender essa geração que participou de lutas armadas, e ser parlamentar. Fazer um pouco o percurso, compreender um pouco o lugar e assuntos diferentes. Escrevi a tese sobre isso. E pra mim foi um momento de muita aprendizagem, entender um pouco essa trajetória. E as leituras encontradas como na esquerda como se fosse um privilégio de quem ficou. O militante é guerreado e quem foi privilegiado. Muitas vezes é dito como o pobre ficou e o rico foi embora, a gente tem ouvido muito que existia condição diferenciada, claro. Propiciava negociações diferenciadas, como a libertação de presos. Agora, efetivamente, as angústias de cada um não serão resolvidas ficando no país que. O testemunho de quem viveu o exílio e a gente sabe muito bem dos casos de muitos que foram e não voltaram mais. Um ser físico com a mente perdida, pessoas que se suicidaram, não aguentaram. Bom, eu chamo a atenção disso porque quem está mexendo com a situação com a condição que o senhor vivenciou, certamente está enfrentando e enfrenta nos debates essa discussão. Outro aspecto que me chama muito atenção é uma dica muito importante: a gente sempre questiona o porquê do golpe, e realmente ocorrido há mais de 20 anos, em 85 é dito como fim, outros vão colocar 88, a partir da Constituição. Mas, de fato, duas décadas, é como os intelectuais estivessem aguardando o tempo inteiro sair uma comissão da verdade para pesquisar o tema. Essa é a sensação que a gente tem, mas, de certa forma, eu vou aqui por um pouco de vinagre na maneira generosa que o senhor fez, eu vou dar um vinagre a ela dizendo o seguinte: eu fui aluna aqui em 1982 eu me lembro das críticas de muitos que hoje, que estudam a época, são ditos e são colocados como intelectuais, criticavam e debochavam às vezes que eram militantes comunistas do PCB, PCDB, os trotskistas. Fomos muito debochados na época. Éramos muito criticados. E, realmente, o tempo é o senhor da razão, não tem teoria, não tem intelectual, dê tempo ao tempo, vocês que são jovens daqui a 20, 30 anos vão olhar para trás e ver muitas criaturas que foram tão aguerrida e outros que foram tão direitos, assumindo outro lugar. Isso deixa a gente assim um pouco com a casca-grossa. Por que digo isso? Eu fui aluna em 1982 ouvi muitas dessas críticas, viajo faz 10 anos que estou aqui. Enfim o senhor chama atenção dos intelectuais e eu acrescento os gestores. Nós brigamos tanto para ver eleição para reitor e assim tantos reitores foram eleitos se dizendo democráticos. E um passo não foi dado para ajudar a identificar como uma ação individual daquele gestor. Que de repente essa comissão começa a trabalhar, descobrir que tem portaria, descobrir que teve aluno do

477, descobrir que teve ASI, ou seja, eu me pergunto, precisava dessas duas décadas para começar a ter acesso? Não. Faltou atitude nossa. Talvez o trauma que achava voltaria, alguma razão. Mas é preciso refletir sobre isso, pois o que a gente está recolhendo aqui.

Carlos Gomes: Só para não sair da minha cabeça, o livro de Madame Coulette é de Caio Flávio Fernandes de Oliveira.

Marcos José Castro Guerra: Não é exatamente uma resposta à professora Conceição. Realmente, quando eu falo de grande proporção de pessoas que estiveram no exílio, eu uso esta porcentagem dramática, é que eu falo de trauma que impediu o cotidiano. Eu falo de trauma que impediu o convívio regular. Por exemplo, eu voltei em 1991 graças a Deus. É a imprensa, grande parte da imprensa e a maior parte das pessoas que se dizem formadoras de opinião, ficaram falando que não vai dar certo, não vai durar. Nem um retornado deu certo. Vocês devem se lembrar, ou talvez não estavam no foco a coisa. A capacidade de inserção, pois a gente foi tão bombardeada por outros valores. A capacidade humana de se amoldar, de se similar, de se sobreviver, ela é muito grande, graças a Deus. Mas as raízes, mesmo a gente aguando, são cortadas. Já eu hoje tenho sotaque meio indiferenciado. As pessoas não se tocam que eu sou nordestino, está bem, eu trabalhei o português em países de língua portuguesa e crioula, trabalhei a língua francesa, espanhola, inglesa, ainda não tão bem, mas eu vou chegar lá. É mais a capacidade de assimilação, é algo que vou levar, pois sou de uma família de 13, sou o do meio entre nove mulheres. Isso quer dizer, são qualidades pessoais que podemos trabalhar, mas, a verdade é que essas encruzilhadas da democracia impõem uma grande abertura. Eu usei aqui há pouco tempo na luta nossa não havia uma parceria. Havia luta normal, mas não havia harmonia. O Ivis confirmou do mesmo jeito. E hoje esta maturidade da democracia. O que foi que me chocou mais quando voltei ao Brasil? E ainda me choca, mesmo lá na OAB, a Nathália, que é colega, que é aguerrida na Comissão de Direitos Humanos, ela sabe, eu não tenho medo da contradição. E eu peço aos nossos colegas que não tenham medo da contradição. A gente pode honestamente, pode defender respeitosamente pontos de vistas opostos e fazer um esforço para nos declarar, convencer ou dizer às vezes – não estou convencido, vou respeitar a sua opinião e eu vou continuar lutando pela minha. Nós, como Carlos, participamos de

alguns momentos da história da OAB que não têm sido muito claros. Carlos não tem medo da contradição e ele se expõe até demais. Lá ele é um cardeal, é um ex-presidente, entende, tem toda uma áurea etc., mas eu vejo que a turma aqui tem tanto medo da contradição, eu vou exagerar, que tem medo de falar. Antes de eu sair do Brasil, quando a gente ia ao barzinho com colegas, a gente ia brincar, tomar alguma coisa. Mas ia conversar. Quando eu voltei para o Brasil, acabaram com as conversas em barzinhos; o som predomina, se você quer conversar se exaure, pois tem que gritar, isso não é de graça gente. Isso tem uma intenção, isso foi para festas caseiras. Ou não se tem o que conversar ou se tem medo de conversar. Tem-se medo de falar, tem medo de ser ouvido ou a gente está lá. Mesmo só para se ouvir uma música que nem escolheu. E vai por aí, eu posso soltar mil fatos. Parece-me que o papel da gente, intelectual, gestores é reintroduzir a democracia. A pluralidade de ideias é reintroduzir a democracia e se passar por aí, é o que me parece. Neste sentido, eu também tenho imaginado, eu fui gestor, depois que voltei dirigi a secretaria de educação, com grandes dificuldades porque é imenso, com algum excerto em algumas áreas. Dirigi o SENAI, os excertos são melhores, dirigi o Centro Técnico de Tecnologia do Gás. Sempre aquela ameaça: qual a sua profissão? Assimila a educação, mas você é advogado. Quando chegar aqui, faz um concurso na Universidade Federal para ser professor, não aceitam. Porque eu não entendo de educação, não tenho nem um diploma que comprove que eu entenda de educação. Não fui aceito no concurso, acontece. Faz parte dos regulamentos que foi redigido gratuitamente. Um país civilizado você pode ter, pode ter competência e pode ter um diploma universitário como na França. Na França, tem uma escola que na qual eu fiz até um mestrado que rola a competência adquirida. Lula tem vários títulos *honoris causa* das que são justamente isso. Mas então eu acho que a tem que procurar a sua autonomia que a Lei dá, e que nós não admitimos, pois incomoda. Quando você está exercendo autonomia e lutando por ideias no conselho ou em um órgão de classe, você está afrontando as mentes que foram implantadas pelas ditaduras. Meu filho que está aqui sabe que ele tem direito de divergir, pode ser que na maioria das coisas, por causa da maioria a última palavra é nossa. Mas ele sempre sabe que a opinião dele, mesmo sendo a menor, foi respeitada. E é escutada e recupera a democracia, parece que nas universidades é mais fácil. O resto eu vi medo do conflito. Eu estava como advogado estimulando o conflito com posição divergente até. Tudo bem, eu sou otimista, o Papa

até que está renovando o pensamento, que pena que é um argentino. Olhe preconceito com os argentinos.

Carlos Gomes: Alguma pergunta? Pois não.

Patrícia Wanessa de Moraes: Boa tarde. Não sei se ainda é tarde. Gostaria de agradecer a sua presença aqui e a palestra que o senhor nos deu. A minha dúvida é mais uma curiosidade de quem pesquisou sobre seu pai, Otto Guerra, mas foi uma tarefa que eu abandonei. Já que você falou em contradição, temos o exemplo dentro da intelectualidade católica e do próprio clero brasileiro, como Alceu de Amoroso Lima e Dom Helder Câmara, que inicialmente tinham uma afeição mais conservadora e depois pro lado da esquerda. Alceu Amoroso Lima apoiava a Teologia da Libertação, Dom Helder Câmara, dispensa comentários, era integralista, no fim das contas era progressista. A minha dúvida era se seu pai que dirigiu o jornal *a Ordem*, e toda a existência do jornal, eu digo que foi a única mente pensante naquele jornal. É se você notou uma mudança nele. Pois eu creio que ele era uma pessoa conservadora, não estou fazendo nem um juízo de valor. Depois do seu encaixamento no movimento estudantil, você notou uma flexibilidade do lado do seu pai, porque você sabe quanto a Igreja era anticomunista em sua trajetória toda. Os quadros da Igreja que geraram a esquerda chagaram a certo momento que abandonar a Igreja, pois ela aguentava a esquerda até certo ponto. Então a minha dúvida é mais neste sentido.

Marcos José Castro Guerra: eu teria gostado que continuasse a questionar justamente esta questão, estudando Otto Guerra – quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha. Ele influenciou a mim, ou eu influenciei a ele. A questão foi recíproca. Não creio tenha influenciado papai, mas seguramente participando na crista de algumas contradições, eu sempre tive o maior apoio dele. A primeira visita que tive dele, fui preso no dia 2 de abril, transportado algemado em um jipe para Recife. E esquecido durante dez dias sem acesso a nada. Nem sabonete, pasta de dente ou coisa para mudar. Quando ele veio visitar, pela primeira vez ele olhou e percebi o que a gente tinha passado, eu estava com Ribamar e Pedro Neves, nós éramos três que voltavam de Sergipe. Ele olhou, mapeou, eu tinha 22 anos, ele olhou e disse: “não baixe a cabeça”. Primeira frase. É

uma resposta sobre o homem no CLAE (Congresso Latino Americano de Estudantes). No comício do grande ponto, ele não foi. Foram jovens estudantes. A Igreja oficial tomou oposição, ele me chamou e disse: “Marcos, eu gostaria de conhecer os seus amigos hoje à noite. Você pode trazê-los aqui para a gente conversar? Aldo Arantes, que dirigia a UNE, uns colegas da Guatemala, uns oito fomos para a casa de papai, conversar em um jardim lá atrás até 10 horas da noite, ou seja, o Otto Guerra que conheci era um homem aberto. Ele me explicou que ele, Dom Helder, Cascudinho. Cascudo e outros, o seu Marcos, quando eu era estudante em Recife, nós tínhamos saído do que é chamado a coluna Prestes, Intentona Comunista, etc. e só tinha a alternativa para os jovens que não queriam ser do partido comunista, só tinha como alternativa nacionalista o integralismo. E nessa hora o integralismo não tinha aderido ao fascismo. O mussoliniano ou hitleriano, afirma ele, tem historiadores que afirmam isso.

Patrícia Wanessa de Moraes: O integralismo sempre varia de corrente.

Marcos José Castro Guerra: Exato, e obrigado.

Patrícia Wanessa de Moraes: A corrente de Câmara Cascudo era a mais fascista, mais a de Plínio Salgado que noto essa influência no jornal *A Ordem*, que quer mais forte era de Plínio Salgado que não era antisemita, não se declarava. Enfim era uma corrente mais branda. É claro também julgar esse período com os olhos pós-holocausto é um pouco complicado.

Marcos José Castro Guerra: Então lhe respondendo a questão do ovo ou a galinha. Eu vejo papai como um professor universitário comprometido que rasgava não fisicamente as notas de aulas de um ano para outro. Cada ano ele renovava o conteúdo inteiro da disciplina. Porque o mundo tinha mudado. Eu recebi aula de professores que a ficha era amarela se ele pagasse assim poderia farelar. E ainda hoje existe isso. Era um homem do seu tempo ou dentro daquele que está à frente do seu tempo. Na Igreja, papai se especializou em doutrina da Igreja, ele era um dos melhores exegetas e os artigos d’*A Ordem* são prementemente da doutrina social da Igreja, a atribui com a hierarquia, enquanto a hierarquia o deixou livre os seus pensamentos e sua projeção, ele deixou de

elaborar editoriais quanto mais não tinha mais espaço, agora Cascudinho evoluiu também. Por exemplo, ele foi meu professor de direito internacional. Ele era pela soberania dos povos, era isso que ele ensinava, ele era pelos direitos humanos, ele foi professor dizendo isso. Era compadre de papai por isso lá em casa a gente chamava de Cascudinho. Na faculdade chamava Câmara Cascudo. Eu acho se você voltasse a estudar, a gente teria boas surpresas.

Patrícia Wanessa de Moraes: As dificuldades que eu tive pelo fato dele não assinar os artigos de jornais, eu tentei, foi no instituto.

Marcos José Castro Guerra: Ou era dele ou de Nazareno.

Patrícia Wanessa de Moraes: Eu suponho que boa parte era dele, eu visitei o Instituto Otto Guerra, mas a pesquisa se tornou infrutífera. Mas continuo pesquisando a Igreja, o Jornal não tem como não pesquisá-lo. Ele foi a alma do Jornal.

Carlos Gomes: Eu posso dizer que tive a sorte de viver com o doutor Otto, e às vezes quando ia descendo a ladeira da Rio Branco em direção da faculdade, ele por acaso vinha da rua dele e a gente ficava conversando.

Patrícia Wanessa de Moraes: José Pinto, onde é o Nordeste hoje.

Carlos Gomes: E ele sempre dizia, ele era um homem, ele não era um integralista, era uma progressista. Embora ele lutasse muito, vamos resguardar, ele procurava uma conveniência, para não chocar os professores mais tradicionalistas. Ele sempre estava do lado do estudante, ele nunca interferiu em nada, teve convencia alguns professores de certas coisas, de fazer para o aluno um trabalho, que substituísse a frequência. Eu só me formei por conta do trabalho dele. A grande crise do Restaurante Universitário que eu me lembro que ele se trancou com a gente na sala. Eu vi pela primeira vez o homem afobado, pois ele queria cumprir o papel, porém ele não reprimia. Ele tentava controlar. Teve uma vez que ele me disse para tomar cuidados com esses movimentos, mas nunca falou para não se envolver.

Marcos José Castro Guerra: ele foi o meu professor de civil. Eu tive a sorte de pegar só no segundo ano e levar semestre por semestre até o quinto ano, por exemplo, papai era Católico e a gente brincava que ele era o Bispo Leigo. Ele dizia nos editoriais a posição da Igreja. Ao divórcio, eu tenho a posição pessoal doutrinária, mas sou professor aqui, mas vocês têm que comprar o livro de Orlando Gomes, da Bahia, que é o melhor defensor sobre o divórcio, o divórcio vai chegar no Brasil mais cedo ou mais tarde e eu vou cobrar a minha opinião e a do autor. Um professor de Direito com essa abertura é um negócio importante e também você não vê todos os dias e naquele tempo. Eu tô falando aqui no comecinho dos anos 60. Mas isso a gente vai entender esse pessoal dessa geração. Quem criou essa Universidade era uma pessoa extremamente sólida intelectualmente.

Almir Bueno: eu só queria, em relação a esse debate, mostrar que a gente tem se deparado muito na Comissão da Verdade e ontem também apareceu no debate com a Doutora Rosa Cardoso que muitas vezes a Comissão da Verdade é, já fui taxada, é taxada de uma Comissão do pessoal do revanchismo, do pessoal da esquerda, do pessoal que só vê um lado, que eu acho que durante desde o início dos trabalhos aqui nós temos procurado mostrar que justamente é o ao contrário, que também tem esse lado porque nesse sentido a gente acaba se deparando na maioria das vezes com o lado dos vencidos e perdedores mas tem procurado resgatar essa questão da contradição. Como você tinha colocado. Então em relação à Universidade é sempre teve a imagem do Doutor Otto Guerra, Onofre Lopes só como um lado só que a gente tem visto e recuperado o outro lado

Carlos Gomes: conseguimos resgatar uma mudança necessária.

Almir Bueno: e também eu acho e ontem surgiu um debate em relação aos próprios militares. Que quando a gente fala militar, militar estão do outro lado. E a gente sabe que vários militares desse período foram perseguidos. Então nós historiadores temos muita resistência até na coisa da Comissão da Verdade, a verdade absoluta, mas eu sou daqueles que ama a verdade dos fatos. Embora os fatos sejam uma construção, que ontem no debate foi colocado exaustivamente isso. Mas a comissão tem objetivo eu

acho que o principal do resgate histórico e para não ficar a versão que tem sido a versão oficial. Nesse sentido o contraditório tem aparecido diversas vezes.

Carlos Gomes: a nossa cartilha é uma cartilha própria. Não estamos seguindo, eu nem sei o que, a nacional faz. Só sei que aqui a professora Conceição não é membro e várias pessoas fazem perguntas, e isso eu lembro que a nossa bolsista teve uma feliz ideia de colocar um nome que eu acho melhor, Verdades Cruzadas. É o nome da nossa comissão, pois existem verdades diferentes de acordo com o contexto. Hoje pessoas que na época não tinham condição de dizer aquele fato real hoje tem, então a gente começa a mudar o perfil da coisa ou se naquela época a pessoa estava no ranço maior ainda da opressão e não raciocinava o negócio era o contraditório. Mas hoje não, a sociedade opina, graças a Deus.

Patrícia Wanessa de Moraes: Pegando o que a professora Conceição falou e também o que o senhor Marcos falou que é sobre contradição e tempo, eu estava lendo uns artigos sobre as ASI -Assessoria de Segurança e Informação, nas universidades e do Professo Rodrigo Motta e tem um trecho que ele comenta da Universidade Federal do Ceará, que os alunos quando se depararam com a documentação produzida pela ASI queimaram aquilo, assim ainda era no calor da coisa. Para você ver uma coisa, hoje a gente está desesperado pela documentação, mas eles queimaram justamente porque era uma coisa que comprometia muita gente. Tinham coisas pessoais, constrangedoras, então foi a primeira atitude, queimaram aquilo.

Marcos José Castro Guerra: Rosa Luxemburgo perdeu quase tudo. E quem queimou?

Carlos Gomes: Os alunos queriam apagar.

Patrícia Wanessa de Moraes: Era mais porque o regime estava em voga, então era uma forma do tempo.

Carlos Gomes: vocês fiquem à vontade para fazer mais perguntas.

Juan de Assis Almeida: no site de Roberto Monte tem uma síntese do que foi o inquérito militar em 64, que investigou muitos estudantes aqui na Universidade. E consta que o senhor foi indiciado, certo. Gostaria que o senhor falasse se o senhor foi chamado. E a segunda coisa é mostrar a sua ficha do DOPS, o prontuário do DOPS que o professor Carlos Gomes recebeu.

Carlos Gomes: foi de Pedro Simões, foi?

Juan de Assis Almeida: Foi.

Carlos Gomes: eu recebi de Joventina quando Pedro morreu alguns documentos. deve ter algum retrato de você bem jovem.

Marcos José Castro Guerra: é a segunda vez que vejo a ficha do DOPS a primeira vez eu devolvi a ficha da pessoa que estava me dando. Porque só tinha a ficha de cima. Ou seja, só existe o nome, a ficha do DOPS que estava nos arquivos só tinha o meu nome, o nome do pai da mãe e continua assim. Continua vazia. Totalmente vazia é o que se viu. Tem um pedido de Otto Guerra de 70, pedido e tem informação nossa. Quanto à outra questão é o seguinte, o Relatório Veras que é esse que está publicado por Roberto Monte, vamos para as contradições. O relatório Veras foi feito pelo Governador Aluizio Alves, a minha prisão foi pelo Exército. Não estou desclassificando a polícia.
